

AES ELETROPAULO ALCANÇA EBITDA DE R\$ 488,6 MILHÕES
Comentários do Sr. Rinaldo Pecchio - Diretor Vice-Presidente e Relações com Investidores

Na área de concessão da AES Eletropaulo, no 3T10, o consumo dos clientes cativos cresceu 2,0% em relação ao mesmo período de 2009, alcançando 8.915 GWh. O mercado total apresentou evolução de 4,4% devido ao bom desempenho dos clientes livres que consumiram 2.023 GWh no período.

Desde 04 de Julho de 2010, a Companhia aplicou o Reajuste Tarifário positivo de 8,00%, homologado pela Aneel, com efeito médio percebido pelo consumidor de 1,62%.

Dessa forma, a receita líquida da Companhia apresentou crescimento de 3,9% ao compararmos com o terceiro trimestre de 2009. Além disso, o Ebitda e o Lucro Líquido apresentaram crescimento de 9,8% e de 22,7%, respectivamente, influenciados também pela redução dos custos de energia comprada para revenda, da menor despesa com pessoal e entidade privada e menores despesas com provisão para contingências. É importante mencionar ainda que recebemos em agosto de 2010 o pagamento parcial da 2ª parcela do acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

Outro aspecto positivo é o incremento nos investimentos em 2010, a Companhia apresentou neste trimestre o maior volume de investimentos de todo o ano, no total de R\$ 154,3 milhões, destinados a adição de novos clientes, recuperação de perdas além da manutenção preventiva e corretiva.

↑ Aumento de 2,0% no consumo do mercado cativo	↑ Receita líquida superior em 3,9%	↑ Acréscimo de 9,8% no Ebitda	↑ Lucro líquido 22,7% superior	↑ Redução de 1,0 p.p. em perdas	↑ Investimos R\$ 154,3 milhões no trimestre
--	------------------------------------	-------------------------------	--------------------------------	---------------------------------	---

R\$ milhões	3T09	3T10	Var (%)
Receita Líquida	2.112,1	2.194,8	3,9%
Despesas Operacionais ¹	(1.651,9)	(1.664,4)	0,8%
EBITDA	445,1	488,6	9,8%
Margem EBITDA	21,1%	22,3%	5,6%
EBITDA ajustado ²	488,9	528,1	8,0%
Margem EBITDA Ajustado	23,1%	24,1%	4,0%
Lucro/Prejuízo Líquido	235,3	288,6	22,7%
Margem Líquida	11,1%	13,2%	18,0%
Patrimônio Líquido (PL)	3.512,7	3.565,6	1,5%
Investimentos (Capex)	110,8	154,3	39,2%

INDICADORES	3T09	3T10	Var (%)
Dívida Líquida ³ (R\$ milhões)	2.746,9	3.080,8	12,2%
Dívida Líquida / PL (vezes)	0,8 x	0,9 x	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ³ (vezes)	1,5 x	1,4 x	
EBITDA Ajustado/ Desp. Fin. Consolidada (vezes)	-4,5 x	-7,0 x	

DADOS OPERACIONAIS	3T09	3T10	Var (%)
Mercado Cativo (GWh)	8.741,9	8.914,7	2,0%
Tarifa Média (R\$/GWh) ⁴	286,4	300,1	4,8%
Funcionários	4.253	5.760	35,4%
Consumidor/ Funcionários	1.392	1.062	-23,7%

1 - Não inclui depreciação

2 - EBITDA ajustado com Fcosp

3 - Não inclui Operações de Leasing Operacional, adicionadas à dívida contábil em função da Lei nº 11.638

4 - Tarifa Média Líquida (R\$/MWh)

5- 12 meses

São Paulo, 04 de novembro de 2010 - A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (BOVESPA: ELPL3, ELPL5 e ELPL6; OTC: EPUMY e ELPSY), maior empresa de distribuição de energia elétrica da América Latina, anunciou hoje os resultados referentes ao terceiro trimestre de 2010. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto se estiverem indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números da controladora e em milhares de reais, conforme a Legislação Societária.

Escola	Ratings	Fitch ¹	S&P ²	Moody's ³
Nacional		AA-	AA+	Aa1
Internacional		BB+	BB+	Baa3

últimas atualizações:

1 - Fitch elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 09/2010

2 - S&P elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 02/2010

3 - Moody's elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 03/2010

ELPL6: R\$ 30,00 (03/11/2010)

VALOR DE MERCADO: R\$ 5.020 milhões

VALOR DE MERCADO: US\$ 2.964 milhões

DESTAQUES DO 3T10

Operacional

- ↑ O consumo total na área de concessão da AES Eletropaulo no 3T10 apresentou crescimento de 4,4% em relação ao 3T09, somando 10.937 GWh.
- ↑ Percentual de Perdas nos últimos 12 meses foi de 11,0% no 3T10 ante 12,0% no 3T09, uma redução de 1,0 ponto percentual.
- ↑ Investimentos de R\$ 154,3 milhões no trimestre, 39,2% superior à igual período de 2009.

Financeiro

- ↑ A receita líquida totalizou R\$ 2.194,8 milhões, representando um incremento de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- ↓ No 3T10 as despesas de materiais e serviços de terceiros apresentaram aumento de 39,4% em relação ao 3T09, atingindo R\$ 118,5 milhões.
- ↑ Reversão R\$ 18,8 milhões de provisões e despesas com condenações e acordos judiciais;
- ↑ Recebimento parcial da 2ª parcela do acordo com a PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo), valor de R\$37,5 milhões.
- ↑ Ebitda de R\$ 488,6 milhões, representando acréscimo de 9,8% em relação ao 3T09.
- ↑ O Lucro Líquido apresentou crescimento de 22,7% no trimestre, totalizando R\$ 288,6 milhões.

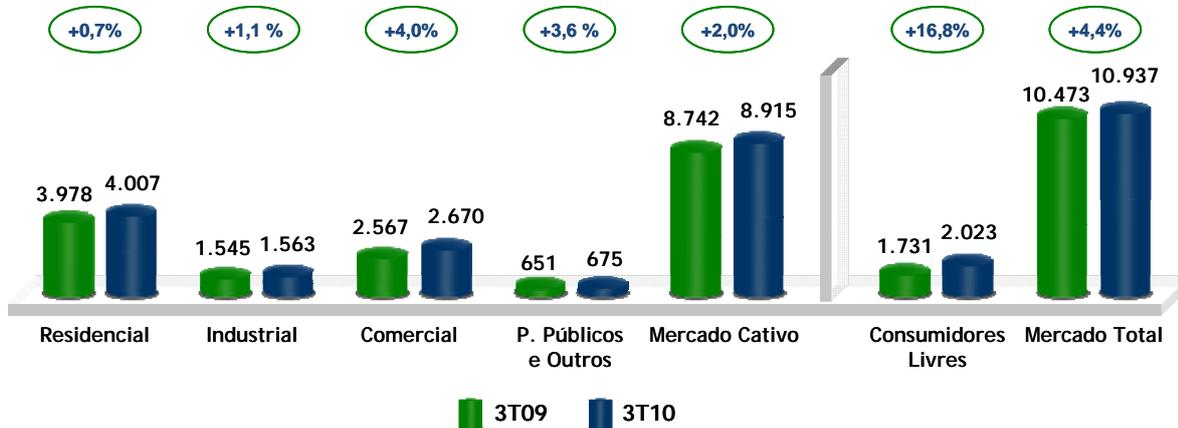
Regulatório

- ↑ Reajuste tarifário para o período de 2010/2011 positivo de 8,00%, a partir de 04 de julho de 2010 e com efeito médio de 1,62% para os consumidores.
- ↔ Início, no dia 08 de setembro de 2010, do período de audiência pública sobre a metodologia de cálculo para o 3º ciclo de revisão tarifária. O regulador - Aneel - receberá as contribuições das distribuidoras e demais interessados até o dia 10 de dezembro de 2010. A expectativa é de que a metodologia final seja publicada pelo regulador até o início de 2011. A revisão tarifária da AES Eletropaulo ocorrerá em 04 de julho de 2011.

DESEMPENHO OPERACIONAL

CONSUMO

Comparação do Consumo* (GWh)



*Não considera consumo próprio

A atividade econômica brasileira, segundo o Banco Central, vem apresentando ritmo menos intenso de crescimento nos últimos meses, o que pode ser comprovado pela pequena variação do índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que incorpora estimativa para a produção mensal dos setores da economia que compõem o PIB. Apesar disso, diante de um mercado que no terceiro trimestre de 2009 ainda estava se recuperando dos efeitos da crise financeira, o mercado total (cativos e livres) da AES Eletropaulo, no 3T10, somou 10.937 GWh, alta de 4,4% ante os 10.473 GWh 3T09. Os clientes cativos, que representam 82% no mercado total, somaram 8.915 GWh, aumento de 2,0% no 3T10 ao compararmos com os 8.742 GWh do 3T09. Aos clientes livres, que representam 18% do mercado total, foram entregues 2.023 GWh no 3T10, alta de 16,8% em relação ao 3T09.

Na comparação do 3T10 com o 2T10, o mercado total cresceu 0,3%, confirmando o dado histórico de que o consumo no 3º trimestre é muito semelhante ao consumo do 2º trimestre.

Desempenho do mercado cativo por classe de consumo

Residencial

O consumo da classe residencial foi de 4.007 GWh no 3T10, 0,7% acima dos 3.978 GWh do 3T09. A redução na taxa de crescimento é explicada: (i) pelo menor número de dias (1,1 dias) de faturamento no 3T10; e (ii) pela alteração da taxa mínima de faturável (monofásico) de 50Kwh para 30Kwh que afetou aproximadamente 510 mil clientes e corresponde a 27 Gwh por trimestre. Se fossem excluídos os efeitos de dias de faturamento e da taxa mínima do faturável, a classe residencial teria crescido 4,4% em relação ao mesmo período de 2009.

Na comparação com o 2T10, o consumo da classe residencial apresentou expansão de 2,3%, explicado por 1,3 dias a mais de faturamento no 3T10.

Industrial

No 3T10 foram distribuídos 1.563 GWh aos clientes industriais da AES Eletropaulo, crescimento de 1,1% em relação ao mesmo período de 2009. Esse crescimento na classe industrial inferior ao apresentado nos trimestres anteriores decorre de: (i) redução do ritmo de crescimento da produção

industrial do Estado a partir do 2T10 (18,1% no 1T10; 12,9% no 2T10 e 8,8% entre jul-ago/10); e (ii) migração de 20 unidades consumidoras para o mercado livre. Se fossem excluídos os efeitos da migração para o ambiente de contratação livre (ACL), a classe industrial teria crescido 6,8% em relação ao mesmo período de 2009.

Na comparação do 3T10 com o 2T10, o consumo industrial apresentou alta de 1,4%, compensado por 1,5 dias de faturamento a mais no 2T10.

Comercial

O desempenho da economia doméstica e a manutenção das vendas do comércio contribuíram para o crescimento de 4,0% no 3T10, alcançando 2.670 Gwh. Nesse período foram adicionados 257 novos clientes. Além disso, o aumento de 12,3%¹ nas vendas físicas do varejo (conceito amplo) na Região Metropolitana de São Paulo contribui para o crescimento desse segmento no período.

Na comparação entre o 3T10 e o 2T10, o consumo cativo da classe comercial caiu 3,0% visto que houve 1,2 dias a menos de faturamento no 3T10.

Poderes Públicos e Outros (consumidores rurais, iluminação pública, poderes públicos, tração elétrica, água/esgoto)

O consumo cativo das demais classes foi de 675 GWh no 3T10, crescimento de 3,6% em relação aos 650 GWh do mesmo período de 2009, devido a 3,4 dias a mais de faturamento no 3T10. Ao se comparar com o 2T10, o mercado apresentou redução de 1,2% impactado pela sazonalidade dessa classe, bem como pelo período de férias escolares.

Cientes Livres

No 3T10, segundo os dados do IBGE, a produção industrial no Estado de São Paulo apresentou aumento de 8,8% em relação ao 3T09, sendo que as variações produtivas dos principais subsetores foram: máquinas e equipamentos (23,9%); veículos automotores (23,4%); produtos do metal (17,1%); metalurgia básica (15,0%); borracha e plástico (8,5%); outros produtos químicos (6,6%), conforme dados do IBGE², estes setores representam aproximadamente 80% dos clientes livres da área de concessão da AES Eletropaulo.

O mercado faturado de clientes livres da AES Eletropaulo é composto em sua grande maioria por clientes de alta tensão (AT), os quais se enquadram nos principais subsetores da produção industrial do IBGE mencionada acima. Dessa forma, apresentou crescimento de 16,8%, alcançando 2.023 GWh, ao se comparar com o mesmo período de 2009, quando os efeitos da crise financeira global ainda eram sentidos no consumo de energia.

Cabe ressaltar que 72,7% do consumo dos clientes livres pertencem à classe industrial, e que o bom desempenho da economia, adicionado à migração de clientes do Ambiente de Contratação Regulado (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), favoreceram o crescimento de 17,9% dos clientes livres industriais no 3T10 em relação ao 3T09.

Ao final do 3T10, as unidades consumidoras livres na área de concessão da AES Eletropaulo totalizavam 257. Neste trimestre, 20 unidades consumidoras migraram para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), enquanto que nenhuma unidade retornou para o Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

Considerando-se os últimos 12 meses, 50 unidades consumidoras migraram para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 1 unidade retornou para o Ambiente de Contratação Regulado (ACR). O efeito líquido da movimentação foi de 272 GWh a mais no ACL e, conseqüentemente, a redução do mesmo volume no ACR.

¹ Dados de jul-ago/10 ante jul-ago/09, última informação disponibilizada pela fonte.

² Dados referentes SP a jul-ago/10 ante jul-ago/09, última informação disponibilizada pela fonte.

Para o restante do ano há expectativa de migração de 20 unidades para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) (123 GWh de consumo anualizado). Em março de 2011, deverá ocorrer à saída de cliente livre para a rede básica, que representa 1,1% da carga total da AES Eletropaulo ou 471 GWh deixando de usar as linhas de distribuição da Companhia.

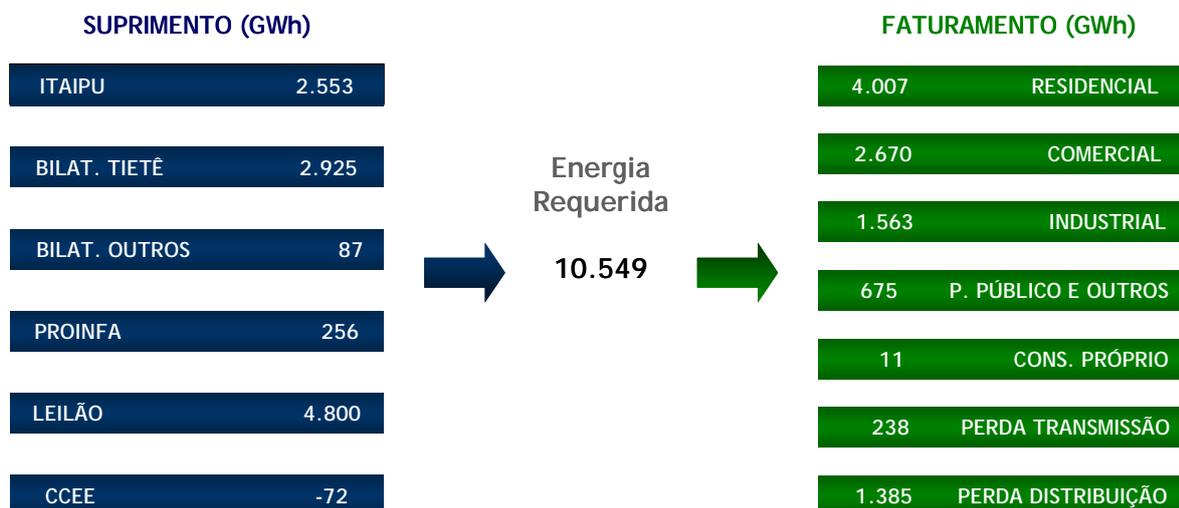
Clientes Livres	Período ³	número de unidades	GWh Faturado	Período ³	número de unidades	GWh Faturado no ano
Total de unidades	2T10	237	2.010	3T09	208	6.781
Migração para ACL ¹	3T10	20	36	últimos 12 meses	50	274
Retorno para o ACR ²	3T10	0	0	últimos 12 meses	1	2
Total de unidades	3T10	257	2.023	3T10	257	7.654

1 - ACL = Ambiente de Contratação Livre

2 - ACR = Ambiente de Contratação Regulado

3 - Último mês do período

BALANÇO ENERGÉTICO - 3T10

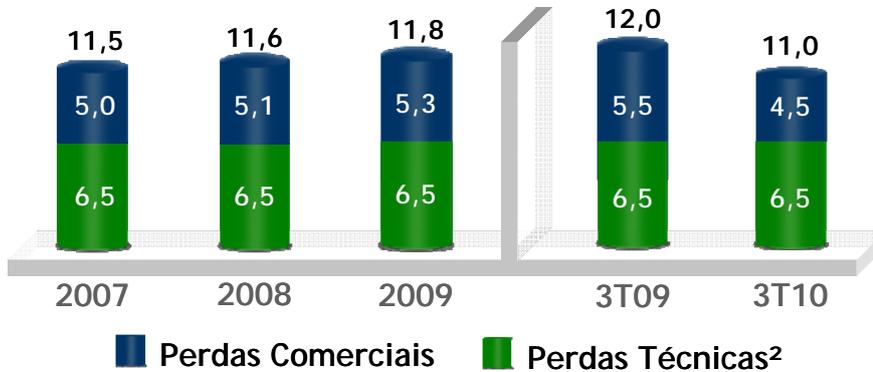


O resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida pelo consumo dos clientes cativos define o nível de contratação da Companhia. A previsão é de que a AES Eletropaulo encerre o ano a um nível de contratação de 99,11%. Apesar desta subcontratação, o reconhecimento das exposições involuntárias está estimado em 166 MW médios (3,39% da energia requerida para 2010), suficiente para mitigar o risco de penalidade no ano. As compras frustradas no 6º e 7º leilões de energia existente, bem como a não realização dos leilões de ajuste de 2010 explicam estas exposições involuntárias.

No terceiro trimestre de 2010, a AES Eletropaulo teve sobra de 72 GWh de energia que foi vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a um preço médio de R\$ 116,53 / MWh, este preço é influenciado pelo PLD, cujo valor médio no trimestre foi de R\$ 113,32/MWh.

INDICADORES DE PERFORMANCE

Perdas (%) - (últimos 12 meses)



Obs - Perdas técnicas atuais utilizadas retroativamente como referência

O percentual de perdas é a taxa obtida por meio do volume faturado dividido pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (48.853 GWh). Deduzem-se desse montante as energias retroativas faturadas relativas à recuperação de fraudes. Com base nessa metodologia, a perda física apurada nos últimos 12 meses foi de 11,0%, sendo dividida em perdas técnicas (6,5%) e comerciais (4,5%).

A AES Eletropaulo alterou, desde janeiro de 2010, a metodologia do cálculo de perdas com o objetivo de eliminar as variações provenientes da escala de faturamento e, conseqüentemente, do descasamento entre a compra e a venda de energia. Para efeito de comparação, essa alteração foi feita retroativamente para 2009. Desta forma, a parcela de energia vendida aos clientes cativos passou a considerar a energia faturada e também a não faturada, como ocorre em outros demonstrativos financeiros. Esta alteração torna a energia de fronteira mais comparável à energia consumida no período, fornecendo assim um indicador mais estável e que reflete com maior precisão o nível de perdas de energia.

Ao compararmos o 3T10 com 3T09, observamos uma redução 1,0 ponto percentual nas perdas totais da Companhia, enquanto na comparação ao 2T10, a redução foi de 0,3 ponto percentual. Esse desempenho deve-se as iniciativas do plano de redução de perdas iniciado durante o ano de 2009, sendo os principais destaques:

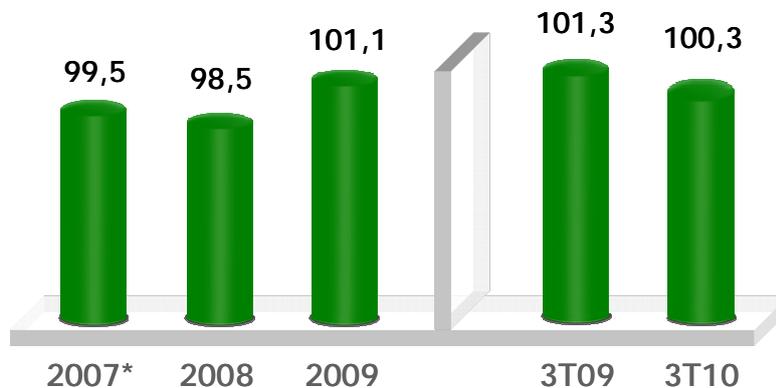
- (i) intensificação do programa de recuperação de instalações cortadas: no 3T10 foram recuperadas 11,3 mil instalações, enquanto no 3T09 foram recuperadas 6,1 mil e 10,1 mil no 2T10. Esse programa tem como objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência, que ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes passam a consumir energia de forma irregular;
- (ii) inspeções de fraude: foram realizadas 79,2 mil inspeções de fraude e detectadas 11,2 mil irregularidades no 3T10. Já no 3T09 foram detectadas 10,0 mil irregularidades em 78,3 mil inspeções e no 2T10 12,5 mil detecções em 84,1 mil inspeções. As inspeções são direcionadas para segmentos de elevado histórico de irregularidades e maior impacto no volume de energia agregada, resultando no aumento da taxa de assertividade nas inspeções realizadas de 12,8% no 3T09 para 14,1% no 3T10;
- (iii) substituição de medidores obsoletos: visa a troca de medidores de vida útil superada por medidores modernos de maior precisão de calibração e leitura, dirimindo as perdas de faturamento por baixa eficiência de leitura. No 3T10 foram trocados 41,8 mil medidores obsoletos, enquanto no 3T09 foram substituídos 22,7 mil e no 2T10 35,2 mil. A Companhia planeja a troca de 120 mil medidores em 2010, um crescimento de 66,7% em

relação a 2009, sendo que 109,6 mil medidores já foram substituídos até o final de setembro; e

- (iv) regularização de ligações informais (clandestinas): a Companhia em 2010 já regularizou 46,6 mil ligações informais superando a expectativa de regularização de 45 mil ligações no ano. No 3T10 foram regularizadas 16,3 mil ligações, enquanto no 3T09 foram regularizadas 25,1 mil e no 2T10 14,8 mil ligações informais.

As iniciativas de combate as perdas acima mencionadas, acrescentaram no 3T10 ao mercado faturado 143,7 GWh de energia, representando aproximadamente R\$ 45,9 milhões. Esse montante divide-se da seguinte forma: (i) R\$ 3,5 milhões à recuperação e retenção de clientes cortados; (ii) R\$ 18,5 milhões às inspeções de combate a fraude; (iii) R\$ 9,9 milhões regularização de ligações informais; e (iv) R\$ 14,0 milhões à substituição de medidores obsoletos.

Taxa de Arrecadação (% sobre receita bruta)



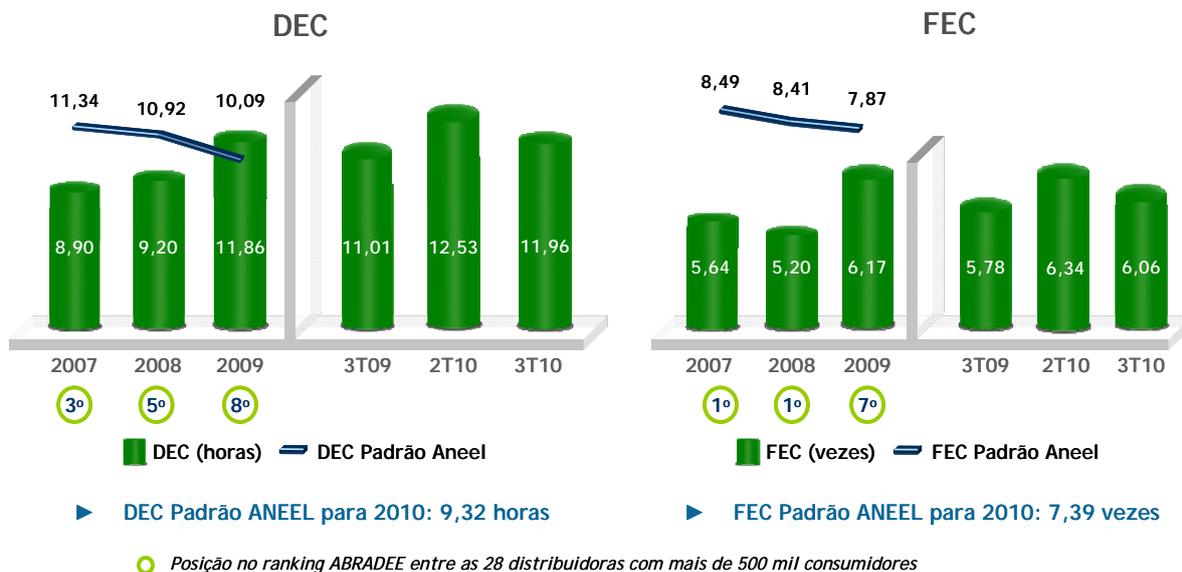
* Antiga metodologia de cálculo que considerava apenas o fornecimento de energia

A taxa de arrecadação é calculada através da arrecadação total do período, dividida pela soma da receita de fornecimento, encargos e receitas de serviços constantes da fatura do consumidor ajustado pelo consumo "não-faturado".

Durante o 3T09, a taxa de arrecadação foi de 101,3% contra 100,3% no 3T10. Os níveis de arrecadação continuam acima de 100,0% devido aos fatores:

- (i) recebimento parcial da segunda parcela do acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) no valor de R\$ 37,5 milhões; está previsto o recebimento do saldo remanescente da segunda parcela do acordo com a PMSP no valor de R\$ 37,9 milhões até o dia 25 de novembro 2010; e
- (ii) contínuo aprimoramento do processo de combate à inadimplência, através das ações de corte e negativação, essa ação contribui para a o recebimento das faturas vencidas, além de estimular os consumidores a pagarem as suas faturas em dia. A média mensal de cortes no 3T10 foi de 101,9 mil, comparada a 86,0 mil no 3T09. O número médio mensal de religações atingiu 97,6 mil no 3T10, ante 57,0 mil no 3T09, refletindo o aumento do número de cortes e maior eficiência na gestão da inadimplência.

DEC e FEC - (últimos 12 meses)



Os critérios de cálculo de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), definidos pela Aneel consideram as interrupções acima de 3 minutos e são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

Em 30 de setembro de 2010, os índices DEC e FEC dos últimos doze meses da AES Eletropaulo foram de 11,96 horas e 6,06 vezes, respectivamente, representando um aumento em relação ao ano anterior e uma melhora quando comparados aos indicadores do 2T10, que foram de 12,53 horas e 6,34 vezes. Os indicadores do 2T10 contemplam o recálculo em função dos expurgos de ocorrências de caso fortuito ou força maior atendendo à orientação da Superintendência de Regulação da Distribuição da Aneel. O índice pluviométrico do 3T10 foi de 199,6 milímetros, 58% inferior ao registrado no 3T09, enquanto as descargas atmosféricas foram de 1.928 descargas, 47% inferior entre os períodos comparados. Apesar da menor ocorrência de chuvas neste trimestre, até setembro de 2010 choveu 1.464 milímetros, 12% a mais que no mesmo período de 2009, observando que o maior índice pluviométrico ocasiona o aumento no número de ocorrências e também impacta no tempo de restabelecimento do serviço.

Os indicadores DEC e FEC consideram as ocorrências dos últimos 12 meses e, portanto, permanecem impactados pelas ocorrências dos trimestres anteriores, especialmente do 1º trimestre de 2010, quando o índice pluviométrico e as descargas atmosféricas foram de 958 milímetros e 45,0 mil descargas, respectivamente.

Visando ao aprimoramento da qualidade do serviço e redução dos índices, a Companhia vem intensificando várias ações, dentre elas:

- (i) criação de novas turmas de podas, através do aumento de 276 colaboradores, com o objetivo de diminuir a principal causa de desligamentos que ocorrem por queda/interferência de árvores ou galhos. Conseqüentemente a Companhia passou a contar com um total de 117 turmas de podas, totalizando 351 colaboradores. Até o 3T10 foram podadas 209 mil árvores, dos quais 94 mil no 3T10, comparadas a 51 mil no 3T09 e 74 mil no 2T10. Para 2010, a Companhia planeja a poda de 334 mil árvores, um crescimento de 105% em relação a 2009;
- (ii) acréscimo no número de turmas para atendimento de emergência. A Companhia aumentou o número de turmas de emergência de 202 para 353, um incremento de 404 para 706 colaboradores com o objetivo de reduzir o tempo de atendimento; e

- (iii) instalação de 1.000 religadores automáticos na rede de distribuição até março de 2011, das quais 500 serão instalados até o final de 2010. Tais religadores têm a finalidade de proteger a rede contra qualquer anormalidade funcionando como um interruptor automático.

Adicionalmente, desde o início de 2010, não há mais penalidade por transgressão dos limites de DEC e FEC. As eventuais transgressões serão pagas por intermédio dos indicadores DIC, FIC e DMIC, ou seja, o ressarcimento será realizado diretamente ao consumidor. As metas para estes indicadores são individuais e levam em consideração tanto a característica da instalação do consumidor (alta, média ou baixa tensão) como a localização geográfica da instalação. Esses indicadores são estabelecidos com base na meta de DEC e FEC definidas pelo regulador (Aneel) para a distribuidora. Desta forma, a Companhia continua a divulgar o resultado dos indicadores DEC e FEC que, por sua vez, continuarão a ser utilizados tanto pelo regulador (Aneel) como pela ABRADDEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica na divulgação do ranking anual do desempenho das concessionárias de distribuição de energia.

No 3T10, as penalidades pagas pela Companhia ao consumidor por eventuais transgressões dos indicadores DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 3 milhões, em comparação com R\$ 10,9 milhões no 2T10 e R\$ 8,2 milhões no 1T10. No 2T10 foram pagas as transgressões do início do ano, período com maior número de ocorrências. A redução do 3T10 deve-se a intensificação das ações do plano de redução do DEC e FEC.

REGULATÓRIO - 2010

REAJUSTE TARIFÁRIO DE 2010

No dia 29 de Junho de 2010, a Aneel autorizou reajuste tarifário médio de 8,00% à AES Eletropaulo, aplicado em sua tarifa desde 4 de Julho de 2010, conforme publicações da Resolução Homologatória nº 1.025/2010 e Nota Técnica nº 212/2010. Este reajuste consistiu em Reajuste Base e efeitos financeiros de acordo com a composição na tabela abaixo:

Reajuste Tarifário 2010		
Parcela A	Encargos Setoriais	3,31%
	Energia Comprada	2,08%
	Encargos de Transmissão	-0,28%
Parcela A		5,11%
Parcela B		0,87%
Reajuste Base		5,97%
CVA Total		0,63%
Custos financeiros da Parcela A		-0,13%
Subsídios Tarifários		1,53%
Reajuste Total		8,00%

O aumento aplicado nas diversas classes de consumo apresentou os seguintes impactos percebidos pelos clientes:

Classe de Consumo	Índice
Alta Tensão Cativos	1,11%
Baixa Tensão Cativos	0,80%
Consumidores Livres	14,06%
Média Total	1,62%

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 7,12%, representando 5,11% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

(i) Encargos Setoriais - R\$ 1.595 milhões. Aumento de 24,80%. Com destaque para a elevação de 117% na Conta de Consumo de Combustível - CCC, que totalizou R\$ 597 milhões, devido às alterações na sistemática de reembolso dos custos de geração do Sistema Isolado introduzidas pela Medida Provisória 466/09, convertida pela Lei 12.111/09. Somente a variação desse encargo representou 3,37% do aumento tarifário deste ano, que compensado pela redução de outros encargos, explica o efeito de 3,31% referente aos encargos setoriais no reajuste tarifário de 2010, de 8%.

(ii) Energia Comprada - R\$ 4.714 milhões. O aumento de 4,40% decorre principalmente do incremento de 12% no preço médio ponderado dos leilões de energia contratada para os próximos 12 meses. O incremento foi compensado pela redução da taxa do dólar considerado no Reajuste Tarifário de 2010 - R\$ 1,8125 - diante do considerado no reajuste tarifário de 2009 - R\$ 1,9301.

(iii) Encargos de Transmissão - R\$ 1.042 milhões. A redução de 2,49% reflete sobretudo o resultado da 2ª revisão tarifária das transmissoras finalizada em junho de 2010 com efeitos retroativos a julho de 2009.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi de 3,06%, que representa uma participação positiva de 0,87% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 5,17%, no período de 12 meses findos em 29 de junho de 2010, e
2. Fator X equivalente a 2,11%, composto por:
 - Xa de 0,003%, calculado conforme a metodologia da Aneel e impactado principalmente pela diferença positiva entre o IGP-M (5,167%) e o IPCA (5,156%) no período tarifário; e
 - Xe de 2,00%, definido na 2ª Revisão Tarifária da AES Eletropaulo.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário totalizam R\$ 205 milhões, entre os quais destacamos: (i) R\$ 155 milhões de subsídios tarifários; (ii) R\$ 64 milhões de CVA; e (iii) efeito negativo de R\$ 16 milhões da neutralidade dos Encargos Setoriais de fevereiro à junho de 2010.

RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE foi instituída para a distribuidora equacionar a parcela dos impactos financeiros incidentes sobre distribuidores e geradores do Sistema Interligado Nacional (SIN) em função do programa de racionamento de energia ocorrido em 2001. O prazo estipulado para a realização dos novos ativos regulatórios relacionados à RTE (para recompor perdas das distribuidoras) e Energia Livre (para recompor perdas das geradoras) foi de 70 meses para a AES Eletropaulo, a partir de 1º de janeiro de 2002.

Após análise econômico-financeira realizada pela Aneel, verificou-se um possível desequilíbrio entre a parcela recebida pelas distribuidoras e pelas geradoras. Isto motivou a necessidade de um ajuste final nos repasses financeiros da RTE.

Na Resolução Normativa 387, de 15 de dezembro de 2009, ficou estipulado que os repasses de energia livre pela Companhia deverão ser recalculados de forma retroativa desde fevereiro de 2002.

O impacto negativo no resultado da AES Eletropaulo em virtude do equacionamento realizado foi de R\$ 8,8 milhões no 3T10 contra R\$ 4,2 milhões no 2T10.

O montante registrado durante o 3T10 inclui um efeito não recorrente de R\$ 8,3 milhões devido à mudança no critério de correção monetária da Energia Livre que passou a ser corrigido pela Selic ao

invés de IGP-M, esse montante engloba a correção do período entre janeiro de 2004 e setembro de 2010. A mudança no indicador utilizado para correção deve-se ao entendimento da Companhia de que a correção por Selic é mais conservadora, este montante está relacionado à liminar acerca de uma discussão entre uma geradora e a Aneel.

Metodologia prévia para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias

No dia 08 de setembro de 2010, o regulador (Aneel) aprovou em reunião pública da diretoria a abertura de Audiência Pública para obter subsídios para a definição das metodologias e critérios gerais para o 3º ciclo de revisões tarifárias. A audiência pública está aberta a contribuições até o dia 10 de dezembro de 2010. A expectativa é de que a metodologia final seja publicada pelo regulador até o início de 2011. A revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 04 de julho de 2011. Abaixo segue um comparativo entre a metodologia adotada durante o 2º ciclo de revisão tarifária e a metodologia prévia proposta pelo regulador para aplicação no 3º ciclo de revisão tarifária.

Base de ativo:

A metodologia utilizada no 2º ciclo considerava os ativos em serviço até dois meses antes da revisão tarifária. A metodologia proposta para o 3º ciclo mantém a base de ativos do 2º ciclo, incluindo as adições e baixas dos ativos elétricos em operação, só que dessa vez até 6 meses antes da revisão tarifária de cada companhia.

Taxa de depreciação:

O regulador está propondo que a metodologia da taxa de depreciação para o 3º ciclo permaneça inalterada. Os documentos emitidos pelo órgão deixam claro que os ativos elétricos existentes não terão as suas taxas de depreciação alteradas e continuarão seguindo as taxas de depreciação constantes no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. Porém, esse manual está passando por revisão, com previsão de conclusão até o início de 2011, caso as taxas de depreciação constantes no referido manual sofram alguma alteração, as mesmas serão aplicadas a todos os ativos.

Adicionalmente, como a taxa de depreciação depende da base de ativos que será considerada na revisão tarifária só será possível conhecer a nova taxa de depreciação aproximadamente 6 meses antes da data de revisão tarifária de cada Companhia.

WACC - Custo ponderado de capital:

Para o 3º ciclo o regulador propõe, entre outros itens, a exclusão do risco cambial e do risco regulatório que fizeram parte da metodologia de cálculo do WACC no 2º ciclo, além da data base de início da série histórica do risco Brasil para janeiro de 2000 ao invés de abril de 1994.

Receitas irrecuperáveis:

Para o 3º ciclo de revisão tarifária o regulador propõe a manutenção do critério de ranking de complexidade sócio econômica. Porém, com a inclusão de variável explicativa a fim de avaliar o grau de comprometimento da conta de energia elétrica na renda das famílias no cálculo do Ranking de complexidade sócio econômica, a posição da Companhia passou da 5ª colocação durante o 2º ciclo, para a 19ª posição no 3º ciclo. Como consequência o percentual de receitas irrecuperáveis considerado pelo regulador no cálculo da tarifa será reduzido.

Outras receitas:

Na metodologia do 2º ciclo, o regulador considerava como outras receitas apenas 90% da renda obtida pela Companhia sobre o aluguel de postes no cálculo da modicidade tarifária. Para o 3º ciclo,

a proposta é também incluir outras fontes de receita no cálculo. O regulador entende que o benefício gerado por estas receitas devem ser revertidos para a modicidade tarifária, uma vez que as distribuidoras já estariam sendo remuneradas pelo custo de tais atividades através da estrutura de custos gerenciáveis definidos na revisão tarifária periódica. Para a apuração do efeito de outras receitas no próximo ciclo de revisão tarifária, a proposta do regulador é considerar os valores médios das outras receitas realizadas durante o 2º ciclo corrigindo por IGPM até a data da revisão do 3º ciclo, o valor apurado será reduzido da receita requerida.

Recálculo do Fator Xe do 2º Ciclo:

Para o 2º ciclo de revisão tarifária as distribuidoras assumiram junto ao regulador uma meta para investimentos em Capex que deverá ser cumprida até o final do mesmo ciclo. Para o 3º ciclo não haverá nova meta em virtude das alterações propostas para a metodologia do Fator X, porém aquelas Companhias que não tiverem cumprido a meta acordada para o 2º ciclo, sofrerão a revisão do Fator Xe definido para o referido ciclo recalculado no início do 3º ciclo de revisão tarifária.

Em caso de recálculo do Fator Xe todas as variáveis permanecerão inalteradas, com exceção do Capex já que o valor estimado no início do 2º ciclo será substituído pelo Capex realizado ao longo do 2º ciclo. O resultado desse cálculo será considerado na parcela B definida para o 3º ciclo de revisão tarifária.

Perdas regulatórias:

A metodologia proposta para o 3º ciclo será a mesma adotada durante o 2º ciclo. Porém, a trajetória de perdas da Companhia será impactada pelo seu reposicionamento dentro do Ranking de Complexidade Sócio Econômico já mencionado anteriormente na explicação sobre as Receitas Irrecuperáveis.

Fator X:

A metodologia proposta para o cálculo do Fator X do 3º ciclo considera três componentes:

(P) Ganhos de Produtividade que serão estimados a partir da produtividade realizada pelas distribuidoras em anos passados;

(Q) Qualidade na prestação do serviço que será apurado através dos indicadores DEC e FEC; e

(T) Trajetória de eficiência para os custos operacionais que tem por objetivo amortizar o impacto do reposicionamento tarifário.

Dos componentes listados acima os itens P e Q seriam calculados apenas na revisão tarifária, e o componente T seria ajustado anualmente no momento da reajuste tarifária.

Custos operacionais:

A metodologia de custos operacionais (antiga empresa de referência) proposta para o 3º ciclo é subdividida em 2 etapas. A etapa 1 é baseada nos custos operacionais do 2º ciclo, corrigidos pela inflação e ajustada pelo crescimento do número de clientes e km de redes. Sobre essa base corrigida serão deduzidos ganhos de produtividade (fator X, item P).

Durante a segunda etapa será comparada a eficiência das distribuidoras através do benchmarking definido pelo regulador, além da avaliação da qualidade do serviço prestado pela distribuidora, bem como da eficiência de combate as perdas não técnicas da mesma (fator X, item Q).

As variações obtidas durante as etapas 1 e 2, sejam elas positivas ou negativas, serão adicionadas ao cálculo do componente T do Fator X e impactarão não só a revisão tarifária, mas também os reajustes tarifários ao longo do 3º ciclo.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A AES Eletropaulo obteve, no 3T10, receita operacional bruta de R\$ 3.532,4 milhões, montante 5,8% (R\$ 192,6 milhões) superior à receita do 3T09. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento de 6,7% (R\$ 208,9 milhões) na receita total de fornecimento, parcialmente compensado pela redução de 7,3% (R\$ 16,3 milhões) na rubrica Outras Receitas.

As principais razões do crescimento de 6,7% na receita de fornecimento foram:

- (i) aumento do consumo do mercado cativo (2,0%) entre períodos. Esse incremento do consumo foi verificado em todas as classes de consumo, com destaque para o aumento da classe comercial (+4,0%) devido ao bom desempenho da economia; e
- (ii) reajuste tarifário médio positivo de 8,0% com efeito médio percebido pelo consumidor de 1,62% a partir de 4 de julho de 2010.

A redução em Outras Receitas no período é reflexo da combinação de:

- (i) redução de R\$ 11,8 milhões na receita da TUSD. Esta redução é explicada pelo efeito negativo do ICMS substituição tributária que desde março de 2010 é reconhecido juntamente com a receita bruta, conforme determinação da Aneel, no valor de R\$ 52,6 milhões no trimestre, parcialmente compensado pelo crescimento do mercado de 16,9% e pelo reajuste dos consumidores livres de R\$ 14,1%, com efeito a partir de 4 de julho de 2010;
- (ii) venda, no 3T10, da sobra de energia por intermédio da CCEE (mercado *spot*), incremento de R\$ 18,7 milhões;
- (iii) impacto negativo de R\$ 9,6 milhões referente ao processo de neutralização dos encargos setoriais da Parcela A; e
- (iv) redução de R\$ 12,6 milhões em função do término da amortização dos itens de CVA oriundos da revisão tarifaria definitiva (em julho de 2009) com efeitos sobre as tarifas vigentes até final do 2T10.

Já na comparação do 3T10 com o 2T10, a receita operacional bruta do 3T10 aumentou 3,4% (ou R\$ 114,6 milhões), conseqüência de:

- (i) acréscimo de 0,3% no mercado total somado ao efeito médio para o consumidor de 1,62% referente ao reajuste tarifário aplicado a partir de 4 de julho de 2010;
- (ii) aumento na receita de TUSD no 3T10 devido ao reajuste tarifário de 14,1% para os consumidores livres, com efeito a partir de 4 de julho de 2010 e ao crescimento de mercado de 0,6% entre os períodos;
- (iii) aumento de R\$ 40,1 milhões no diferimento e amortização de CVA de compra de energia ao longo do 3T10 devido ao reposicionamento tarifário com efeito a partir de 4 de julho de 2010. Além do aumento no encargo, amortização e diferimento de ESS - Encargo do Serviço do Sistema, no valor de R\$ 6,0 milhões, devido à continuidade nos despachos das usinas térmicas resultado da continuação do período seco;
- (iv) aumento nas receitas não-faturadas de R\$ 45,6 milhões, decorrente das variações nas escalas de faturamento entre os períodos; e
- (v) redução de R\$ 12,6 milhões em função do término da amortização dos itens de CVA oriundos da revisão tarifaria definitiva (em julho de 2009) com efeitos sobre as tarifas vigentes até final do 2T10.

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

As deduções da receita operacional no 3T10 totalizaram R\$ 1.337,7 milhões, aumento de 9,0% (R\$ 110,0 milhões) em relação ao 3T09 quando somaram R\$ 1.227,7 milhões.

A variação é composta por:

- (i) evolução nos encargos tributários incidentes sobre a receita de fornecimento (ICMS, PIS, COFINS, ISS) em linha com a variação dos dias de faturamento entre os períodos e com o desempenho positivo da receita bruta ocasionado pelo crescimento de mercado e pelo reajuste tarifário a partir de julho de 2010;
- (ii) aumento nas amortizações de CVA e nos encargos de CCC e CDE a partir de 4 de julho de 2010 (reposicionamento tarifário) no valor de R\$ 86,2 milhões e de R\$ 5,5 milhões, respectivamente; e
- (iii) aumento de R\$ 10,2 milhões decorrente da Lei 12.111/09, sendo R\$ 6,6 milhões referentes ao 3T10 e R\$ 3,6 milhões relativos a amortização de CVA de períodos anteriores. A lei determina a destinação de 0,3% da receita operacional líquida para o ressarcimento aos Estados com perda de arrecadação de ICMS, incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Adicionalmente, a aplicabilidade da lei tornou-se possível após a resolução Aneel nº 410/2010, portanto, desde o reajuste tarifário de julho de 2010 este percentual já está adicionado ao cálculo da modicidade tarifária.

Na comparação com o 2º trimestre de 2010, quando as deduções da receita operacional representaram R\$ 1.209,8 milhões, houve acréscimo de 10,6% (R\$ 127,8 milhões) em virtude dos seguintes fatores: (i) evolução nos encargos tributários incidentes sobre a receita de fornecimento (ICMS, PIS, COFINS, ISS), em linha com o crescimento da receita bruta; (ii) aumento dos encargos e das amortizações de CCC e CDE a partir de 4 de julho de 2010 de R\$ 93,9 milhões e de R\$ 4,7 milhões, respectivamente devido ao reposicionamento tarifário válido a partir de julho de 2010; e (iii) aumento nas despesas operacionais causados pela Lei 12.111/09, de R\$ 10,2 milhões conforme explicado anteriormente.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida da AES Eletropaulo foi de R\$ 2.194,8 milhões no 3T10, valor 3,9% (ou R\$ 82,7 milhões) superior à obtida no mesmo período do ano anterior. O desempenho deve-se, principalmente, ao reajuste tarifário aplicado a partir de 4 de julho de 2010, com efeito médio de 1,62% para o consumidor e ao crescimento no mercado cativo de 2,0% entre os períodos.

Na comparação do 3T10 com o 2T10, a receita operacional líquida apresentou redução de 0,6%, devido ao aumento nas amortizações dos encargos setoriais.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia registrou no 3º trimestre de 2010 despesas operacionais no valor de R\$ 1.664,4 milhões, aumento de 0,8% ao se comparar com o mesmo período de 2009. Já em relação ao 2T10, apresentou redução de 3,6%.

As principais variações estão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
Parcela A	1.387,6	1.400,0	1.366,1	-1,5%	-2,4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.123,6	1.076,0	1.098,7	-2,2%	2,1%
Transmissão	264,0	324,1	267,4	1,3%	-17,5%
PMSO	264,3	326,1	298,3	12,9%	-8,5%
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	174,9	147,0	162,3	-7,2%	10,4%
Pessoal	129,7	106,0	121,3	-6,5%	14,4%
Entidade de Previdência Privada	45,2	41,0	41,0	-9,3%	0,0%
Serviços de Terceiros	74,4	90,5	108,0	45,3%	19,4%
Materiais	10,6	8,6	10,4	-1,1%	22,0%
Outros	4,4	80,1	17,5	294,0%	-78,1%
Total	1.651,9	1.726,1	1.664,4	0,8%	-3,6%

Parcela A

De acordo com a metodologia de revisão tarifária da Aneel, as despesas classificadas como “parcela A” são repassadas para a tarifa.

Despesa de Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com compra de energia elétrica no 3T10 foi de R\$ 1.098,7 milhões, redução de 2,2% em relação ao 3T09.

As variações podem ser explicadas principalmente pela combinação dos seguintes fatores:

- (i) volume de compra de energia 2,6% superior: 10.549 GWh no 3T10 ante 10.279 GWh no 3T09, para suprir o aumento de carga entre os períodos. Resultado da combinação da redução do volume da energia comprada de Itaipu e do contrato bilateral com a AES Tietê de 4% e 2%, respectivamente, com o incremento de 6% no volume de energia comprada através leilão. A redução no volume da energia comprada de Itaipu deve-se à modificação do ponto de medição da energia, desde novembro de 2009, em função da Resolução nº 913 da Aneel;
- (ii) preço médio de suprimento de energia 5,4% maior: de R\$ 112,2/MWh no 3T09 para R\$ 118,2/MWh no 3T10. Essa variação é resultante dos aumentos de preços médios do contrato bilateral com a AES Tietê, dos leilões de energia e dos outros contratos bilaterais, compensado parcialmente pela redução do preço médio de Itaipu, em função da menor taxa de dólar;
- (iii) decréscimo de R\$ 19,7 milhões decorrente da venda de energia na CCEE; e
- (iv) redução de R\$ 54,4 milhões no diferimento e amortização de CVA de compra de energia ao longo do 3T10 devido ao reposicionamento tarifário com efeito a partir de 4 de julho de 2010.

Ao compararmos com o 2T10, a despesa com energia elétrica para revenda foi superior em 2,1%, com destaque para:

- (i) aumento de 10.404 GWh no 2T10 para 10.549 GWh no 3T10 (+1%) nos patamares de carga e volume de energia comprada entre o 2T10 e o 3T10;
- (ii) de forma a se atender o nível de contratação da Companhia para o ano, ocorreu maior compra de energia por meio do contrato bilateral com a AES Tietê de 2.639 GWh no 2T10 para 2.925 GWh no 3T10 devido à sazonalidade, paralelamente ocorreu redução de 4,6% do volume comprado nos contratos de CCEAR de energia existente.

Tarifa Média de Energia Comprada por Fonte - (R\$/MWh)	3T09	2T10	3T10	%3T09	%2T10	%3T10
AES TIETÊ	152,1	152,0	159,6	29,3%	26,2%	28,9%
ITAIPU	106,2	94,6	89,5	26,0%	25,1%	25,2%
LEILÃO	88,4	86,6	106,6	44,0%	47,9%	45,1%
OUTROS CONTRATOS BILATERAIS	159,3	163,4	180,3	0,8%	0,8%	0,8%
Tarifa (R\$/mil/GWh)	112,2	106,4	118,2	100,0%	100,0%	100,0%

Despesa com Encargos do Uso da Rede Elétrica e Transmissão

No 3T10 foram gastos R\$ 267,4 milhões em despesas com encargos, crescimento de 1,3% em relação ao mesmo período de 2009. Este acréscimo refere-se ao aumento de R\$ 99,1 milhões nas contas de CVA, compensado pela redução de R\$ 72,3 milhões em Encargos do Serviço do Sistema (ESS) decorrente dos novos valores homologados pela Aneel, a partir do reajuste tarifário de julho de 2010, com redução de cerca de 9% na cota anual.

Ao compararmos com o 2T10, as despesas com encargos reduziram 17,5% devido, principalmente, à variação negativa de R\$ 74,0 milhões em Encargos do Serviço do Sistema (ESS).

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

No 3º trimestre de 2010, as despesas de PMSO da AES Eletropaulo representaram R\$ 298,3 milhões, aumento de 12,9% em relação às despesas de R\$ 264,3 milhões no 3T09. Entre os principais efeitos nas despesas com PMSO, destacam-se:

- (i) crescimento de R\$ 33,5 milhões nas despesas com materiais e serviços de terceiros, devido aos maiores gastos com serviços de terceiros para recuperação de DEC, serviços de *call center*, corte e religa;
- (ii) o efeito do recebimento parcial da 2ª parcela do acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP no 3T10 inferior, em R\$ 40,3 milhões, ao registrado no ano anterior. No 3T09 o efeito do recebimento integral da 1ª parcela contribuiu para a redução das outras despesas em R\$ 76,7 milhões, enquanto o recebimento parcial da 2ª parcela, no 3T10, contribuiu com R\$ 37,5 milhões;
- (iii) reversão R\$ 18,8 milhões em provisões e despesas com condenações e acordos judiciais; e
- (iv) redução de R\$ 12,6 milhões nas despesas com pessoal resultado do menor número de acordos e condenações trabalhistas e entidade de previdência privada, compensadas pelo aumento de despesas com pessoal e encargos.

Na comparação com o 2T10, as despesas de PMSO apresentaram redução de 8,5%, decorrente, principalmente, da redução de R\$ 62,6 milhões com outras despesas devido ao impacto positivo de R\$ 37,5 milhões do acordo com a PMSP no 3T10, parcialmente compensada pelo incremento de R\$ 15,3 milhões com despesas com pessoal e encargos e R\$ 17,6 milhões nas despesas com serviços de terceiros. Excluindo o efeito do acordo com a PMSP, as despesas de PMSO apresentariam um crescimento de 3,0% entre os períodos.

Pessoal

As despesas com pessoal estão subdivididas em três rubricas: (a) despesa com pessoal e encargos; (b) despesa com entidade de previdência privada; e (c) despesa com acordos e condenações judiciais conforme demonstrado abaixo:

Pessoal - em R\$ milhões	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
Pessoal e Encargos	74,4	86,2	101,1	35,9%	17,3%
Entidade de Previdência	45,2	41,0	41,0	-9,3%	0,0%
Acordos e Condenações Trabalhistas	55,3	19,8	20,2	-63,5%	1,9%
Total	174,9	147,0	162,3	-7,2%	10,4%

A Companhia registrou, no 3º trimestre de 2010, R\$ 162,3 milhões em despesas com pessoal, um decréscimo de 7,2% em relação ao mesmo período de 2009. A variação entre os períodos é resultado da redução de acordos e condenações trabalhistas e entidade de previdência privada, compensadas pelo aumento de despesas com pessoal e encargos.

Na comparação com o trimestre anterior, as despesas com pessoal apresentaram um incremento de 10,4%, devido ao aumento de despesas com pessoal e encargos.

- *Despesa com Pessoal e Encargos*

No 3º trimestre de 2010, as despesas com pessoal e encargos apresentaram um crescimento de 35,9% em comparação ao mesmo período de 2009, totalizando R\$ 101,1 milhões. Essa variação é explicada pelos seguintes fatores:

- efeito do provisionamento do reajuste de salários e benefícios, referente ao acordo coletivo retroativo a junho que foi definido somente no início do mês de outubro de 2010;
- acréscimo de R\$ 9,2 milhões referente ao fim do rateio das despesas da administração central determinado pela Aneel, anteriormente considerado no CAPEX, em consonância com a aplicação a partir de fevereiro de 2010, do pronunciamento técnico CPC 27 do comitê de pronunciamento contábil (que define o tratamento para os ativos imobilizados incluindo a capitalização de gastos com pessoal);
- R\$ 7,5 milhões em função do aumento de 35,4% do quadro de funcionário devido à internalização de 1,2 mil entregadores de contas e leituristas, a partir do mês de agosto. Essas internalizações visam à melhora operacional do processo de leitura e entrega de contas, anteriormente, efetuados por prestadores de serviços, portanto, o incremento nas despesas de pessoal tem como contrapartida uma redução nas despesas com serviços de terceiros; e
- elevação na alíquota referente ao seguro de acidente de trabalho (SAT) determinado pelo Ministério da Previdência, que passou de 2% em 2009 para 3,8% em 2010, sendo de R\$ 2,5 milhões o incremento na despesa entre os períodos comparados.

Em comparação ao 2T10, as despesas com pessoal e encargos cresceram 17,3%, reflexo do provisionamento do reajuste salarial e benefícios e da internalização de leituristas e entregadores de contas, observando que o maior custo com despesas de pessoal em função da internalização tem como contrapartida redução nas despesas com serviços de terceiros.

- *Despesa com o Fundo de Pensão*

De acordo com a revisão dos cálculos atuariais realizados no final de 2009, a despesa de 2010 com entidade de previdência privada será de R\$ 163,9 milhões, montante inferior ao registrado em 2009 e constante na nota explicativa nº. 16 das informações trimestrais financeiras da Companhia.

As despesas com o fundo de pensão no 3º trimestre de 2010 registraram queda de 9,3% em relação ao mesmo período de 2009. Essa redução deve-se ao resultado do laudo atuarial do plano de previdência privada, determinando que as despesas para o ano de 2010 sejam inferiores a aquelas do ano anterior. Essa despesa é dada preponderantemente pela diferença entre os juros sobre a obrigação atuarial e o rendimento esperado dos ativos do plano. Comparadas ao 2T10, as despesas com Fundo de Pensão mantiveram-se estáveis.

- *Despesa com acordos e condenações trabalhistas*

As discussões judiciais, quando finalizadas seja por intermédio de acordo ou condenação, são transferidas da linha “outras despesas operacionais” para a linha de pessoal. Portanto, os valores apresentados nas despesas de pessoal são apenas uma reclassificação entre linhas.

No 3T10 as despesas com acordos e condenações trabalhistas somaram R\$ 20,2 milhões ante R\$ 55,3 milhões no 3T09. Essa redução é explicada pelo efeito não-recorrente, no 3T09, referente à baixa de depósitos judiciais, pela redução no volume de acordos e condenações e pela greve do poder judiciário.

Na comparação com o 2T10, as despesas com acordos e condenações trabalhistas mantiveram o mesmo patamar, devido ao baixo número de acordos e condenações, conforme acima mencionado.

Despesa com materiais e serviços de terceiros

As despesas com materiais e serviços de terceiros do 3T10 totalizaram R\$ 118,5 milhões, incremento de 39,5% quando comparadas ao mesmo período de 2009. Esse crescimento ocorreu em função dos maiores gastos com serviços de terceiros decorrente do aumento de turmas de emergência com o objetivo de melhorar o indicador DEC, *call center*, serviços de cobrança e serviços de corte e religa.

Em comparação ao 2T10, o incremento das despesas com materiais e serviços de terceiros foi de 19,6%. Tal variação é explicada pelas maiores despesas de serviços de terceiros relacionados às turmas de emergência para projetos de recuperação de DEC e gastos de serviços de cobrança, mencionados acima.

Outras despesas operacionais

Acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo

Em 05 de Janeiro de 2009, a Companhia assinou acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) a fim de receber débitos passados de fornecimento de energia além de outras dívidas de menor valor.

O acordo previa a quitação dos débitos em quatro pagamentos, sendo R\$117,8 milhões em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no valor de R\$ 75,5 milhões, vencendo, sucessivamente, em 30 de julho de 2010, 2011 e 2012. Em 10 de agosto de 2009, a primeira parcela foi paga tornando efetivo o acordo.

Em 30 de julho de 2010, a Prefeitura realizou o pagamento de aproximadamente 50% da segunda parcela tendo sido acordado com a Companhia que o saldo remanescente, no valor de R\$ 37,95 milhões, será pago até 25 de novembro de 2010.

Os impactos nas demonstrações do 3T10 e dos próximos pagamentos podem ser encontrados na tabela a seguir.

IMPACTOS DA PMSP NO RESULTADO - R\$ milhões						
	2009	3T10	4T10(e)	2010(e)	2011(e)	2012(e)
Despesas operacionais	76,7	36,4	36,9	73,3	64,2	61,3
Baixas (contas a receber - recuperação de perdas)	303,7					
PCLD	(226,4)	37,5	38,0	75,5	75,5	75,5
Iluminação Pública	(0,6)	(1,1)	(1,1)	(2,2)	(11,3)	(14,2)
Ebitda	76,7	36,4	36,9	73,3	64,2	61,3
Correção do contas a receber - Var. Monetárias (Moeda Nacional)	39,7					
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos	116,4	36,4	36,9	73,3	64,2	61,3
Impostos e Contribuição Social Corrente	(116,7)					
Impostos e Contribuição Social Diferido	77,0	(12,8)	(12,9)	(25,7)	(25,7)	(25,7)
Lucro Líquido	76,6	23,6	24,0	47,6	38,5	35,6

As principais despesas incluídas no grupo de outras despesas operacionais são: (a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Baixas; (b) Provisão e Reversão para contingências; (c) custas judiciais (condenações) e demais despesas, conforme detalhado no quadro abaixo.

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
PCLD e Baixas	(43,0)	33,6	(6,3)	-85,4%	-118,8%
Provisão (Reversão) para contingências	(2,2)	4,9	(13,7)	514,0%	-378,8%
Condenações e Acordos Judiciais	17,1	11,8	9,7	-43,0%	-17,3%
Demais *	32,6	29,8	27,8	-14,8%	-6,8%
Total	4,4	80,1	17,5	294,0%	-78,1%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

As outras despesas operacionais totalizaram R\$ 17,5 milhões no 3T10, incremento de R\$ 13,1 milhões em comparação ao 3T09, observando que ambos refletem impactos positivos do acordo com a PMSP, acima explicado.

Excluindo-se esses efeitos as outras despesas operacionais teriam totalizado R\$ 55,0 milhões no 3T10 ante R\$ 81,7 milhões no 3T09, representando queda de 31,3%. Essa variação ocorreu em virtude, principalmente:

- (i) da redução de R\$ 13,3 milhões nas despesas com provisões, acordos e condenações referentes ao plano cruzado;
- (ii) da reversão de despesa com provisões para contingências trabalhistas, com efeito de R\$ 8,1 milhões entre os trimestres, referente ao efeito positivo da revisão de cálculo dos processos, aumento de decisões favoráveis à Companhia e redução do número de novos processos em 22,7%; e
- (iii) R\$ 6,0 milhões referentes ao efeito não recorrente no 3T09, ocasionado pelo pagamento de um depósito judicial à Secretaria da Fazenda, já que o mesmo havia sido recuperado indevidamente pela Companhia em 2007.

As outras despesas operacionais do 3T10 foram 78,1% inferiores ao 2T10, também decorrente do efeito positivo do acordo com a Prefeitura, comentado anteriormente. Eliminando esse efeito, as outras despesas operacionais do 3T10 apresentariam um decréscimo de 31,3% na comparação com o 2T10, refletindo a redução de R\$ 13,3 milhões em função da reversão para contingências trabalhistas e a queda de R\$ 5,4 milhões na provisão para contingências cíveis devido à menor quantidade de novos processos - 222 novos processos no 3T10 ante 309 no 2T10.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Em cumprimento ao disposto na Medida Provisória 449 de dezembro de 2008, as Receitas e Despesas, antes classificadas como Não Operacionais, passaram a ser classificadas como Outras Receitas e Despesas e a fazer parte do Ebitda da Companhia.

As outras receitas e despesas da AES Eletropaulo no 3º trimestre de 2010 registraram uma despesa líquida de R\$ 41,8 milhões versus despesa de R\$ 15,1 milhões no mesmo trimestre de 2009. O aumento de R\$ 26,7 milhões nas despesas deve-se principalmente a provisão para baixa de ativos no valor de R\$ 34,8 milhões, já que após a finalização do trabalho de levantamento dos ativos físicos, a Companhia adequará o registro contábil desses ativos.

Na comparação com o 2º trimestre de 2010, as outras receitas e despesas apresentaram queda de R\$ 292,0 milhões, despesa de R\$ 41,8 milhões no 3T10 ante receita de R\$ 250,2 milhões no 2T10. Esse resultado é explicado pela liquidação financeira relativa à operação de transferência de quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a Companhia Brasileira, no montante de R\$ 265,4 milhões durante o 2T10, combinado com o efeito negativo nas despesas após a provisão para baixa de ativos no 3T10.

EBITDA

A Companhia atingiu um Ebitda de R\$ 488,6 milhões no 3T10, superior em 9,8% ou R\$ 43,6 milhões em relação ao 3T09. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- (i) pelo crescimento de 2,0% no consumo do mercado cativo, somado ao efeito positivo do reajuste tarifário médio de +8,00% a partir de 4 de julho de 2010, com efeito médio de 1,62% para o consumidor;
- (ii) o efeito do recebimento parcial da 2ª parcela do acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP no 3T10 inferior, em R\$ 40,3 milhões, ao registrado no ano anterior, conforme já comentado;
- (iii) crescimento de R\$ 33,5 milhões nas despesas com materiais e serviços de terceiros; e
- (iv) redução de R\$ 31,4 milhões, principalmente com reversão de provisões e despesas com condenações e acordos judiciais, incluindo condenações trabalhistas e menores despesas entidade de previdência privada.

Ao se comparar com o 2T10, o Ebitda apresentou redução de R\$ 243,5 milhões, explicado principalmente pelo impacto não recorrente da liquidação financeira das quotas da AES EP Telecom, ocorrida em junho de 2010, que teve um efeito positivo de R\$ 265,4 milhões no Ebitda do 2T10, além do aumento de pessoal e encargos ocorrido no 3T10.

EBITDA Ajustado

O Ebitda da Companhia foi ajustado pelas despesas referentes ao passivo com a Fundação CESP. O Ebitda ajustado foi de R\$ 528,1 milhões no 3T10, aumento de 8,0% em relação ao 3T09, e redução de 31,6% ao compararmos com o segundo trimestre de 2010. Estas variações são explicadas basicamente pelas variações do Ebitda entre os períodos. Excluindo os impactos dos itens não recorrentes nos períodos, o Ebitda do 3T10 seria de R\$ 526,5 milhões, superior em 27,7% e 4,0%, respectivamente, sobre o 3T09 e 2T10. Como itens não recorrentes, estão considerados os efeitos do recebimento da 1ª parcela do acordo com a prefeitura no 3T09, da 2ª parcela parcialmente recebida no 3T10, explicados anteriormente, além disto foi considerada a provisão para baixa de ativos no valor de R\$ 34,8 milhões ocorrida no 3T10. No caso da comparação com o 2T10 foi considerada a liquidação financeira das quotas da AES EP Telecom, ocorrida em junho de 2010, que teve efeito positivo de R\$ 265,4 milhões no Ebitda daquele período.

R\$ milhões	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
Ebitda	445,1	732,1	488,6	9,8%	-33,3%
Ajustes					
Desp. Passivo - FCESP	43,7	39,5	39,5	-9,8%	0,0%
Ebitda Ajustado	488,9	771,6	528,1	8,0%	-31,6%

Ajustes do Ebitda:

- **Despesa com Passivo - FCESP** – A administração ajusta no Ebitda as despesas referentes ao passivo com Fundação CESP (Confissão Dívida IIa, Reserva Matemática e Custo atuarial) para melhor refletir sua geração de caixa operacional.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido apresentado pela Companhia durante o 3T10 foi uma receita de R\$ 52,0 milhões, ante receita de R\$ 8,5 milhões no mesmo período de 2009. O resultado financeiro apresentou essa evolução principalmente em função dos seguintes fatores:

- (i) impacto positivo de R\$ 20,4 milhões no 3T10, pela reversão de juros e multa gerados pela mudança na base de cálculo do COFINS instituída em 2004, item que será explicado abaixo; e
- (ii) efeito positivo de R\$ 29,5 milhões registrado no 3T10 devido a atualização monetária sobre a venda de ativos fixos.

O resultado financeiro deste trimestre foi R\$ 18,7 milhões inferior ao resultado do 2T10. Essa redução é explicada pelo evento não recorrente positivo do acordo com o Banco Santos, no valor de R\$ 106,3 milhões, registrado no 2T10. Esse efeito foi parcialmente compensado:

- (i) menor despesa cambial e menor compensação de CVA sobre a energia comprada de Itaipu durante o 3T10, no valor de R\$ 25,4 milhões; e
- (ii) efeitos não recorrentes do 3T10: (a) reversão de juros e multa no 3T10 de R\$ 20,4 milhões gerados pela mudança na base de cálculo do COFINS instituída em 2004, detalhado a seguir; (b) atualização monetária incidente sobre a venda de ativos fixos de R\$ 29,5 milhões.

Receitas Financeiras

A receita financeira da AES Eletropaulo alcançou R\$ 78,5 milhões no 3T10, acréscimo de 27,0% em relação à receita do 3T09. Esta variação é justificada principalmente:

- (i) pelo aumento das receitas com aplicações financeiras, no valor de R\$ 23,9 milhões, devido à maior taxa Selic do período e ao maior saldo médio em caixa R\$ 1.811,4 milhões remunerados a 102,2% do CDI no 3T10 versus R\$ 1.081,5 milhões remunerados a 102,6% do CDI no 3T09;
- (ii) aumento de R\$ 3,6 milhões no recebimento de multa e juros cobrados dos clientes, refletindo os efeitos das ações de cobrança; e
- (iii) menor saldo líquido de CVA no 3T10 comparativamente com o 3T09 gerando redução de R\$ 13,6 milhões na atualização monetária incidente sobre as CVAs ativas e passivas.

Quando comparada à receita financeira de R\$ 74,9 milhões do 2T10, houve um aumento de R\$ 3,6 milhões explicado essencialmente pela combinação da menor receita com Selic sobre itens da parcela A, de R\$ 7,1 milhões, em virtude do menor saldo médio de CVA no 3T10 e do incremento de R\$ 9,8 milhões nas receitas sobre aplicações financeiras. O incremento nas receitas com aplicações financeiras, por sua vez, decorre do aumento no saldo médio de caixa e aumento da taxa Selic: R\$ 1.811,4 milhões remunerados a 102,2% do CDI no 3T10 e R\$ 1.705,3 milhões remunerados a 101,4% do CDI no 2T10.

Despesas Financeiras

No 3T10, a Companhia registrou despesas financeiras de R\$ 75,5 milhões, R\$ 14,9 milhões abaixo das despesas do 3T09, que totalizaram R\$ 90,4 milhões. Os principais motivos que explicam tal desempenho foram:

- (i) efeito positivo de R\$ 9,2 milhões no 3T10 devido ao fim dos encargos incidentes sobre os débitos fiscais em função da adesão ao Refis em Nov/09;
- (ii) impacto positivo não recorrente no 3T10 de R\$ 20,4 milhões referente a reversão de provisão de juros e multa correspondentes a contingência iniciada pela mudança na base

de cálculo do COFINS instituída em 2004, onde foram excluídos da base de cálculo os efeitos das despesas financeiras sobre empréstimos com efeito imediato, ou seja, contrariando o princípio da noventena. De acordo com os assessores legais da Companhia as chances de perda são remotas, e portanto, a Companhia reverteu a referida provisão, para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 17.b;

- (iii) aumento no 3T10, no valor de R\$ 22,9 milhões, nos encargos de dívida decorrente do aumento da Selic e do maior saldo de dívida na Companhia (CCB e novas debêntures). Parcialmente compensado pela redução de R\$ 9,2 milhões nos custos com carta de fiança no mesmo período, devido ao cancelamento das cartas fianças apresentadas em garantia nas discussões fiscais findas em novembro de 2009, após adesão ao Refis; e a não renovação da carta de fiança para o Caso Eletrobrás; e
- (iv) aumento das indenizações técnicas (DIC, FIC, DMIC) em R\$ 2,4 milhões no 3T10 referente aos meses de maio, junho e julho de 2010.

No 2T10 foi verificada reversão de despesa financeira de R\$ 1,8 milhão, comparada a despesa de R\$ 75,5 milhões no 3T10. Esse desempenho é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) efeito positivo, de R\$ 106,3 milhões, referente ao final da discussão com o Banco Santos no 2T10;
- (ii) impacto positivo no 3T10 de R\$ 20,4 milhões, pela reversão de juros e multa gerados pela mudança na base de cálculo do COFINS instituída em 2004; e
- (iii) redução nas despesas financeiras com pagamento de penalidades por transgressão dos indicadores DIC, FIC e DMIC, no valor de R\$ 7,9 milhões no 3T10 em função tanto das ações que a Companhia implantou para recuperação dos referidos indicadores, quanto pela menor quantidade de chuvas no período.

Variação Monetária e Cambial Líquida

A variação monetária e cambial líquida apresentou receita de R\$ 49,0 milhões no 3T10, R\$ 11,9 milhões superior ao 3T09, quando foi registrada receita de R\$ 37,1 milhões. Esta variação foi causada pelos seguintes itens:

- (i) efeito positivo não recorrente de R\$ 29,5 milhões registrado no 3T10 resultante da atualização monetária sobre a venda de ativos fixos devido ao acordo firmado entre a Companhia e os compradores redefinindo as formas de pagamento do ativo;
- (ii) efeito negativo do reconhecimento, no 3T10, do ajuste retroativo da variação monetária sobre a energia livre, de R\$ 8,8 milhões. Deste montante, R\$ 8,3 milhões corresponde a energia livre de uma geradora, do período de janeiro de 2004 até setembro de 2010 e que não foi corrigido em virtude de liminar relacionada à discussão entre a referida geradora e o órgão regulador, Aneel; e
- (iii) redução de R\$ 6,4 milhões na contabilização de CVAs em variação monetária decorrente da variação cambial entre a taxa do dólar considerada na fatura emitida por Itaipu e a taxa na data de pagamento da fatura.

A variação monetária do 3T10 foi uma receita de R\$ 49,0 milhões ante uma despesa de R\$ 6,0 milhões no 2T10. Esse resultado positivo é explicado pelos seguintes fatores: (i) variação monetária sobre a venda de ativos fixos de R\$ 29,5 milhões registrados no 3T10, conforme mencionado acima; e (ii) menor despesa com câmbio e menor compensação de CVA sobre a energia comprada de Itaipu durante o 3T10, no valor total de R\$ 25,5 milhões.

LUCRO LÍQUIDO

No 3T10, a Companhia alcançou um lucro líquido de R\$ 288,6 milhões, superior em R\$ 53,4 milhões (22,7%) ao se comparar com o mesmo período de 2009. Esse acréscimo decorre:

- (i) do crescimento de 2,0% do mercado cativo;
- (ii) reajuste tarifário de 2010, com efeito médio de 1,62% para o consumidor;
- (iii) do recebimento do pagamento parcial da 2ª parcela do acordo com a PMSP, com impacto de R\$ 23,6 milhões. No 3T09, recebemos o pagamento da 1ª parcela do acordo com a PMSP, com efeito no lucro líquido de R\$ 76,6 milhões; e
- (iv) dos itens positivos não recorrentes no resultado financeiro da Companhia, sendo R\$ 29,5 milhões referentes à atualização monetária sobre a venda de ativos fixos e à reversão de R\$ 20,4 milhões de juros e multa gerados pela mudança na base de cálculo do COFINS instituída em 2004, ambos explicados anteriormente.

O segundo trimestre de 2010 foi impactado positivamente pelo efeito de itens não recorrentes relacionados ao Banco Santos (R\$ 70,1 milhões), e à liquidação da AES EP Telecom (R\$ 175,1 milhões). O crescimento de 17,3% nas despesas com pessoal e encargos ocorridas no 3T10 também contribuiu para a redução de 38,0% no lucro líquido do 3T10 em relação ao 2T10.

ENDIVIDAMENTO

Atendendo às exigências da Lei nº 11.638, contratos de arrendamento mercantil e locação sob a rubrica de Leasing são considerados no saldo total da dívida. Tais valores passaram a ser incluídos na rubrica “empréstimos e financiamentos” do passivo nas Demonstrações Financeiras a partir do exercício de 2008. No 3T10, tais contratos representaram R\$ 15,9 milhões do saldo do endividamento da Companhia, superior ao montante de R\$ 3,3 milhões do 3T09. Para efeito de análise, tais valores não são considerados no saldo total da dívida.

A dívida bruta da Companhia, ao final do 3T10, somava R\$ 4.684,5 milhões, 20,4% superior se compararmos com a posição de 30 de setembro de 2009 (R\$ 3.890,4 milhões) e 0,4% acima da posição final do 2T10 (R\$ 4.667,7 milhões).

A captação ocorrida no 4T09, no valor de R\$ 600 milhões para a adesão ao Refis, bem como as 2 emissões de debêntures realizadas em abril e maio de 2010, que totalizaram R\$ 800 milhões, para a amortização dos Bonds denominados em reais no valor de R\$ 474 milhões e para financiamento de parte dos investimentos da Companhia para esse ano, foram os principais fatores para o crescimento da dívida bruta do 3T10 em relação ao mesmo período de 2009.

Em 30 de setembro de 2010, a dívida líquida era de R\$ 3.080,8 milhões, montante 12,2% superior ao registrado no encerramento do 3T09 (R\$ 2.746,9 milhões) e 6,9% superior à posição final do 2T10 (R\$ 2.882,1 milhões). O aumento das disponibilidades compensou, de forma parcial, o crescimento da dívida bruta.

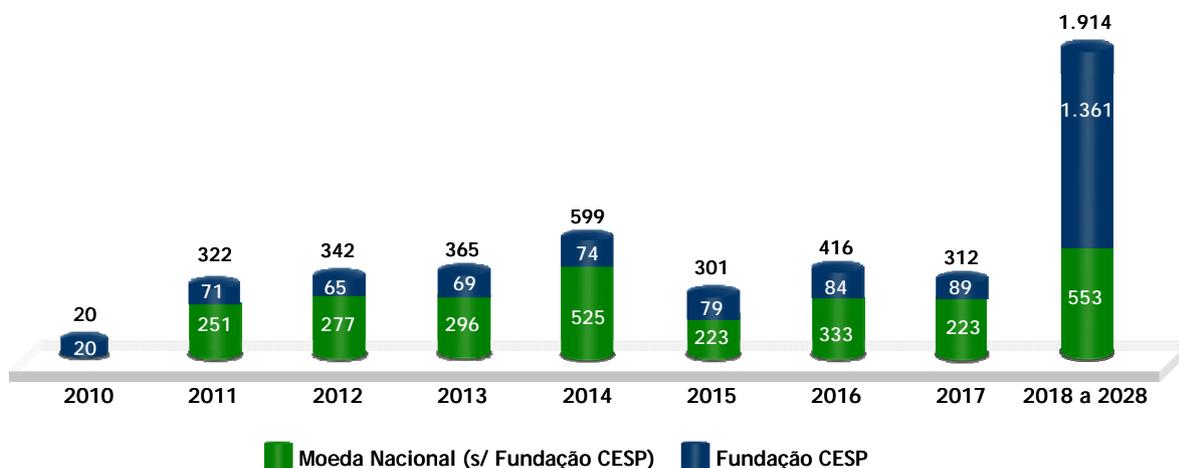
Ao final do 3T10, as disponibilidades somavam R\$ 1.603,7 milhões, R\$ 460,3 milhões superior ao mesmo período de 2009 devido, principalmente, às emissões realizadas no segundo trimestre de 2010 e à liquidação financeira da venda da AES EP Telecom. Em relação ao 2T10, as disponibilidades reduziram em R\$ 181,9 milhões, devido basicamente ao pagamento de dividendos. Considerando o Ebitda ajustado dos 12 meses findos em setembro de 2010, a Companhia apresenta um indicador Dívida Líquida / Ebitda Ajustado de 1,4 vezes. Os ajustes do Ebitda são referentes às despesas junto à Fundação CESP, uma vez que essa obrigação é considerada para o cálculo do saldo da dívida.

Destaques

- **Custo médio:** O custo médio da dívida total da Eletropaulo passou de CDI + 1,59% a.a., em 30 de setembro de 2009, para CDI + 1,22% a.a. em igual período de 2010. Essa queda é explicada pela liquidação dos Bonds em Reais, ocorrida em 28/06/2010, no valor de R\$ 474 milhões e custo de 19,13% a.a. parcialmente compensado pelo maior IGP-DI no período (0,42% em 30/09/2009 e 1,15% em 30/09/2010). O IGP-DI corrige o saldo da dívida com a Fundação CESP.
- **Prazo médio:** O prazo médio da dívida passou de 7,3 anos em 30 de setembro de 2009, para 6,9 anos em 30 de setembro de 2010.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO - R\$ milhões (Principal)

Abaixo o cronograma de amortização da dívida:



R\$ milhões

Dívida	4.700,5
Disponibilidades*	1.603,7
Dívida Líquida	3.096,7
Leasing	15,9
Dívida Líquida sem Leasing	3.080,8

* Caixa + Títulos e Valores Mobiliários

INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia registraram no 3º trimestre de 2010 um crescimento de 39,2% em comparação ao mesmo período de 2009, totalizando R\$ 154,3 milhões. No terceiro trimestre a Companhia apresentou o volume de investimentos mais elevado de 2010, os projetos financiados por consumidores neste período somaram R\$ 5,3 milhões, enquanto os investimentos com recursos próprios totalizaram R\$ 149,0 milhões.

Investimentos - R\$ milhões	3T09	2T10	3T10	Var (%)	
				3T10x3T09	3T10x2T10
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	40,9	71,4	81,8	100,0%	14,6%
Manutenção	29,1	26,3	42,2	45,0%	60,2%
Recuperação de Perdas	21,6	17,8	17,8	-17,6%	0,1%
Tecnologia da Informação	5,3	4,2	4,1	-22,7%	-3,1%
Outros	5,7	4,9	3,1	-44,8%	-35,5%
Total (c/ recursos próprios)	102,6	124,6	149,0	45,3%	19,6%
Financiado pelo cliente	8,3	6,1	5,3	-35,9%	-13,7%
Total	110,8	130,7	154,3	39,2%	18,0%

A Companhia revisou a estimativa de investimentos para 2010, de R\$ 691,0 milhões para R\$ 673,3 milhões, consequência da redução de R\$ 17,7 milhões nos investimentos financiados pelo cliente.

Principais Investimentos - 3T10

Expansão do Sistema e Serviços ao Consumidor - Atender ao crescimento do mercado e reduzir o risco de interrupção no fornecimento regular e em condições de emergência.

- R\$ 32,0 milhões em serviços ao consumidor, destinados à adição de 40 mil novos clientes no 3º trimestre de 2010. O investimento em serviços ao consumidor acumula em 9 meses, R\$ 98,6 milhões atendendo à adição de 134 mil clientes em 2010.
- R\$ 49,8 milhões em obras de expansão, com destaque para as obras em andamento da Linha de Transmissão Subterrânea Anhanguera - Casa Verde, e a Linha de Distribuição Subterrânea Parque Ibirapuera, objetivando a melhoria na qualidade de fornecimento de energia, atendendo aproximadamente 1,2 milhão de habitantes. Neste trimestre foi ampliada a capacidade de Estações Transformadoras de Distribuição (ETD's) totalizando 48 MVA's de carga adicionada.

Manutenção - Melhorar os indicadores de qualidade, proporcionar a continuidade do fornecimento, evitar acidentes com a população e modernizar a rede de distribuição.

- Foram investidos R\$ 42,2 milhões em projetos de manutenção preventiva e corretiva, realizados em 549 km de redes de distribuição, automação do sistema elétrico e modernização da subtransmissão e subterrâneo.

Recuperação de Perdas - Diminuir as ligações ilegais, prover a recuperação de receita e diminuir o risco para os clientes regulares da distribuidora.

- Os investimentos na recuperação de perdas no 3T10 totalizaram R\$ 17,8 milhões. Foram realizadas 16,3 mil regularizações de ligações ilegais e inspecionadas 72,9 mil instalações visando o combate a fraude e anomalias, a partir das quais foram encontradas e corrigidas 11,2 mil irregularidades. Além disto, foram substituídos 41,9 mil medidores obsoletos no trimestre.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

FLUXO DE CAIXA - R\$ Milhões	3T09	4T09	2009	1T10	2T10	3T10
SALDO DE CAIXA INICIAL	989	1.143	1.536	1.249	1.470	1.786
Geração de caixa operacional	779	165	1.639	572	584	774
Investimentos	(116)	(148)	(482)	(135)	(115)	(156)
Despesa Financeira Líquida	(79)	(16)	(198)	(81)	(85)	(18)
Amortizações Líquidas	(35)	553	280	(14)	265	(14)
Despesas com Fundo de Pensão	(53)	(57)	(224)	(48)	(43)	(47)
Imposto de Renda	(45)	(61)	(309)	(73)	(109)	(153)
Recebimento venda EP Telecom	-	-	-	-	308	-
CAIXA LIVRE	452	436	706	221	804	385
Dividendos	(297)	(330)	(993)	-	(489)	(567)
SALDO DE CAIXA FINAL	1.143	1.249	1.249	1.470	1.786	1.604

O fluxo de caixa gerencial é um instrumento de gestão de caixa e apresentará algumas diferenças em relação aos procedimentos contábeis que adotam regime de competência para fins de reconhecimento de resultados.

Além da distinção entre os regimes de caixa e competência, a não inclusão de impactos contábeis tais como amortizações e diferimentos de CVA na geração de caixa operacional explicam a diferença entre a geração de caixa operacional e o Ebitda Ajustado da Companhia.

A Companhia, desde o início de 2010, reclassifica a conta de juros, antes incluída na linha geração de caixa operacional passando a compor a linha despesa financeira líquida, para efeito de comparação essa alteração foi feita retroativamente a 2009.

Destaques do Fluxo de Caixa do 3T10 comparado ao 3T09:

- A geração de caixa operacional do período é explicada principalmente por:
 - (i) crescimento do mercado total de 4,4% em relação ao 3T09 adicionado ao reajuste tarifário de 8,00%, com efeito médio para o cliente de 1,62% aplicado a partir de 4 de Julho de 2010;
 - (ii) menor pagamento de condenações no 3T10 devido à greve do judiciário iniciada no final de abril de 2010 e finalizada somente no início de setembro de 2010, o que levou a uma redução de R\$ 65,0 milhões;
 - (iii) menor despesa com energia comprada de Itaipu devido à redução no volume e no dólar médio do trimestre de R\$ 1,75 no 3T10 contra R\$ 1,87 no 3T09, um decréscimo de R\$ 22,6 milhões;
 - (iv) maior desembolso com ICMS devido ao aumento na receita operacional e ao ICMS substituição tributária cobrado dos clientes livres, totalizando um aumento de R\$ 103,3 milhões na comparação do 3T10 com o igual período do ano de 2009;
 - (v) redução no recolhimento de Pis/Cofins durante o 3T09 em função da utilização dos créditos do Finsocial, no valor de R\$ 62,1 milhões; além disto, houve maior desembolso de Pis/Cofins no 3T10 decorrente do maior volume de vendas e do reajuste tarifário anual ocasionando um acréscimo de R\$ 28,9 milhões;
 - (vi) reajuste anual do contrato bilateral de venda de energia para a AES Tietê de 5,17%, parcialmente compensado pela redução de 1,8% na sazonalidade do volume entre os períodos comparados, desembolso superior em R\$ 31,3 milhões;
 - (vii) maior repasse de CCC determinado pelo regulador para o ciclo tarifário 2010/2011 com início em 4 de julho de 2010, incremento de R\$ 39,2 milhões no 3T10; e

- (viii) despesa com salários e encargos R\$ 26,7 milhões superior em função do aumento no quadro de funcionários a partir do 3T10, além dos maiores gastos com material e serviços de terceiros, no total de R\$ 33,4 milhões.
- Redução, no 3T10, nas despesas financeiras líquidas devido ao alongamento do fluxo de pagamento de dívidas da Companhia no curto prazo, enquanto no 3T09 houve pagamento de R\$ 51,5 milhões referentes a juros incidentes sobre um Bond denominado em reais. A referida dívida foi paga no 2T10 com parte dos recursos da 12ª e 13ª emissões de debêntures da Companhia.
- Aumento nas despesas com imposto de renda e contribuição social devido ao maior resultado tributável em 2010, o valor pago no 3T10 inclui o imposto incidente sobre os efeitos não recorrentes que impactaram positivamente o lucro tributável no 2T10 referentes ao acordo com o Banco Santos e à liquidação financeira da venda da AES EP Telecom para a Cia Brasileira.
- Distribuição em setembro de 2010 da segunda parcela dos dividendos referentes ao segundo semestre de 2009, além do pagamento da primeira parcela dos dividendos intermediários do primeiro semestre de 2010, respectivamente aprovados em Assembléia Geral Ordinária (AGO) no dia 30 de abril de 2010 e na Reunião do Conselho do dia 05 de agosto de 2010.

A Companhia mantém suas aplicações em títulos públicos e CDBs com rentabilidade média de 102,2% do CDI no 3T10 contra 102,6% do CDI no 3T09.

Destaques do Fluxo de Caixa do 3T10 x 2T10:

- Quando analisamos as variações entre o 2T10 e 3T10, verificamos uma maior geração de caixa devido aos seguintes motivos:
 - (i) reajuste tarifário de 8,00%, com efeito positivo médio para o cliente de 1,62% aplicado a partir de 4 de Julho de 2010, somado ao ligeiro crescimento do mercado total de 0,31%; e
 - (ii) menor desembolso com condenações judiciais no 3T10 devido a continuidade da greve do judiciário, gerando uma economia de R\$ 13,6 milhões.
- Redução nas despesas financeiras líquidas devido ao pagamento dos Bonds durante o 2T10, onde os juros, no valor de R\$ 51,5 milhões, referentes ao período janeiro a maio de 2010 foram pagos juntamente com o principal. Adicionalmente, houve um refinanciamento na estrutura de dívida da Companhia refletido na redução das despesas financeiras.
- Variação negativa nas amortizações líquidas devido as 12º e 13º emissões de debêntures e ao pré-pagamento dos Bonds ocorridos durante o 2T10.
- Liquidação financeira da venda da AES EP Telecom para a Cia Brasileira, no valor de R\$ 308,4 milhões, ocorrida durante o 2T10.
- Pagamento, em setembro de 2010, da segunda parcela dos dividendos relativos ao segundo semestre de 2009 e da primeira parcela dos dividendos intermediários relativos ao primeiro semestre de 2010.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível II de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL4 (ordinárias) e ELPL5 e ELPL6 (preferenciais). Além disso, a Companhia também possui ADRs negociadas no mercado de balcão norte-americano sob as regras 144A e "Reg S" (Regulamento S) sob os códigos EPUMY e ELPSY (preferenciais).

As ações preferenciais (ELPL6) da AES Eletropaulo integram o Ibovespa, índice que retrata o comportamento dos principais papéis negociados na BM&FBOVESPA, e também o Itag, que mede o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas, que ofereçam melhores condições aos acionistas minoritários no caso de alienação do controle. Além disso, a Companhia integra também o Índice de Energia Elétrica (IEE), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico, e o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE), que reúne empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

DESEMPENHO DA AÇÃO

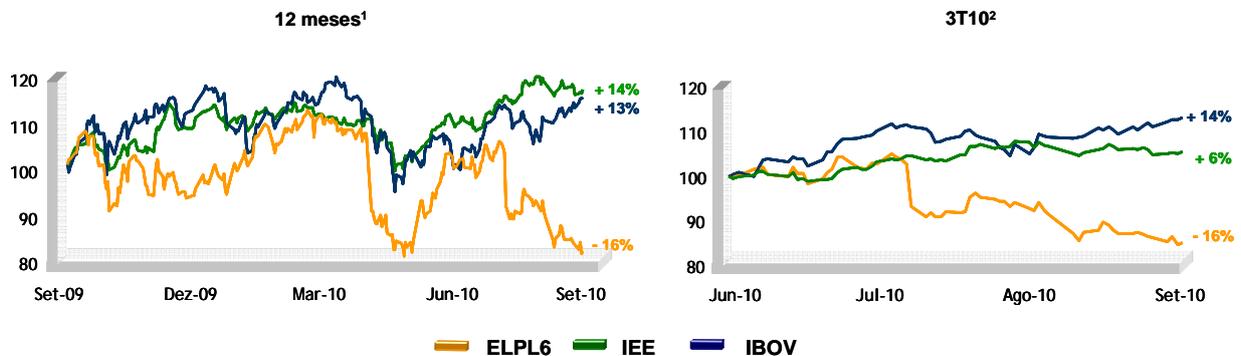
As ações preferenciais classe B (ELPL6) encerraram o mês de setembro cotadas na BM&FBovespa a R\$ 30,20, com desvalorização de 16,0% no 3º trimestre de 2010. Essa queda é explicada em parte pela declaração de dividendos em agosto, e também pelo início do período de audiência pública sobre a metodologia de cálculo para o 3º ciclo de revisão tarifária, a percepção do mercado financeiro para a metodologia proposta também afetou as ações de outras Companhias do setor elétrico. É importante observar que conforme mencionado anteriormente as propostas do regulador (Aneel) ainda estão em discussão na audiência pública que será encerrada somente em dezembro de 2010, além disto os impactos nos resultados somente serão apurados com precisão a partir da aplicação da metodologia definitiva à revisão tarifária, que no caso da AES Eletropaulo terá efeito a partir de julho de 2011.

No mesmo período, as ações preferenciais classe A (ELPL5) também registraram desvalorização de 16,3%. No terceiro trimestre de 2010, o Ibovespa apresentou desempenho superior ao das ações da Companhia registrando valorização de 13,9%, enquanto o IEE obteve aumento de 5,9%.

Durante o trimestre, a ação ELPL6 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de 135.817 negócios, envolvendo cerca de 50,3 milhões de ações preferenciais e com volume médio diário de R\$ 25,5 milhões no mercado à vista no 3T10.

AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE

Base 100



1 - Índice - 30/09/2009 = 100

2- Índice - 30/06/2010 = 100

BASE ACIONÁRIA

Acionista	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	0	0,0%	0	0,0%	51.825.798	31,0%
União Federal	13.342.384	20,0%	258	0,0%	0	0,0%	13.342.642	8,0%
Cia Brasileira de Energia	0	0,0%	0	0,0%	7.434.388	7,6%	7.434.388	4,4%
BNDES	1	0,0%	0	0,0%	734.576	0,7%	734.577	0,4%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	2.369.091	100,0%	90.200.757	91,7%	94.006.482	56,2%
Total	66.604.817	100,0%	2.369.349	100,0%	98.369.721	100,0%	167.343.887	100,0%

Em 30/09/2010

Clarissa Sadock Diretora de Relações com Investidores clarissa.sadock@aes.com Tel: (11) 2195-7048		
Gerente de RI	e-mail	Telefone
Carolina Freitas	carolina.freitas@aes.com	(11) 2195-2030
Analistas de RI	e-mail	Telefone
André Amorim	andre.amorim@aes.com	(11) 2195-2428
Daniel Kuratomi	daniel.kuratomi@aes.com	(11) 2195- 7712
José Eduardo Szuster	jose.szuster@aes.com	(11) 2195-7691
Paulo Souza de Oliveira Junior	paulos.deoliveira@aes.com	(11) 2195-2289
www.aeseletropaulo.com.br/ri		ri.aeseletropaulo@aes.com

A AES ELETROPAULO CONVIDA PARA:

Teleconferência / Webcast

APRESENTAÇÃO:

Britaldo Soares - Diretor-Presidente

Rinaldo Pecchio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DATA: segunda-feira, 08 de novembro de 2010

HORÁRIO: 13h30 (BR) / 10:30 a.m. (EST)

CONEXÃO:

- **Brasil:** (+55 11) 4688-6361
- **EUA:** (1-888) 700-0802
- **Outros países:** (1 786) 924-6977

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA O INGLÊS.

CÓDIGO DA CONFERÊNCIA: AES Eletropaulo

REPLAY: (+55 11) 4688-6312

CÓDIGO: 47745

DISPONIBILIDADE: 08/11/10 até 14/11/10

Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e download no website www.eletropaulo.com.br/ri.

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.

ANEXOS

Consumo Cativos - GWh	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
RESIDENCIAL	3.978,0	3.917,2	4.007,3	0,7%	2,3%
INDUSTRIAL	1.545,5	1.540,9	1.562,6	1,1%	1,4%
COMERCIAL	2.567,4	2.752,6	2.670,2	4,0%	-3,0%
DEMAIS	651,1	682,8	674,5	3,6%	-1,2%
TOTAL DE CONSUMO FATURADO	8.741,9	8.893,5	8.914,7	2,0%	0,2%
CONSUMO PRÓPRIO	11,3	11,5	11,3	-0,3%	-1,8%
Total	8.753,3	8.905,0	8.926,0	2,0%	0,2%
Faturamento - R\$ Milhões					
RESIDENCIAL	1.195,4	1.202,4	1.264,1	5,8%	5,1%
INDUSTRIAL	414,8	422,5	442,4	6,6%	4,7%
COMERCIAL	740,8	805,2	803,1	8,4%	-0,3%
DEMAIS	152,7	163,0	166,9	9,3%	2,4%
Total	2.503,7	2.593,1	2.693,7	7,6%	3,9%

Consumo Clientes Livres - GWh	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
INDUSTRIAL	1.248,2	1.448,4	1.471,3	17,9%	1,6%
COMERCIAL	180,9	246,1	233,0	28,8%	-5,3%
DEMAIS	302,0	315,9	318,4	5,4%	0,8%
Total	1.731,1	2.010,4	2.022,7	16,8%	0,6%

Consumo Total (Incluindo Clientes Livres) - GWh *	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
RESIDENCIAL	3.978,0	3.917,2	4.007,3	0,7%	2,3%
INDUSTRIAL	2.793,7	2.989,3	3.034,0	8,6%	1,5%
COMERCIAL	2.748,3	2.998,7	2.903,2	5,6%	-3,2%
DEMAIS	953,1	998,6	992,9	4,2%	-0,6%
Total	10.473,0	10.903,9	10.937,4	4,4%	0,3%

* não inclui consumo próprio

TUSD	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
Receita Líquida - R\$ Milhões	134,4	152,6	163,2	21,4%	6,9%
GWh	1.731,1	2.010,4	2.022,7	16,8%	0,6%
Tarifa (R\$/GWh)	77,7	75,9	80,7	3,9%	6,2%

TARIFA MÉDIA - R\$/MWh	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
RESIDENCIAL	300,5	307,0	315,5	5,0%	2,8%
INDUSTRIAL	268,4	274,2	283,1	5,5%	3,3%
COMERCIAL	288,5	292,5	300,8	4,2%	2,8%
DEMAIS	234,5	238,7	246,1	5,0%	3,1%
TOTAL	286,4	291,6	300,1	4,8%	2,9%

Demonstração dos Resultados	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
Receita Bruta	3.339,8	3.417,9	3.532,4	5,8%	3,4%
Deduções à Receita Operacional	(1.227,7)	(1.209,8)	(1.337,7)	9,0%	10,6%
Receita Líquida	2.112,1	2.208,1	2.194,8	3,9%	-0,6%
Despesas Operacionais	(1.651,9)	(1.726,1)	(1.664,4)	0,8%	-3,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.123,6)	(1.076,0)	(1.098,7)	-2,2%	2,1%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(264,0)	(324,1)	(267,4)	1,3%	-17,5%
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	(174,9)	(147,0)	(162,3)	-7,2%	10,4%
Materiais	(10,6)	(8,6)	(10,4)	-1,1%	22,0%
Serviços de Terceiros	(74,4)	(90,5)	(108,0)	45,3%	19,4%
Outros	(4,4)	(80,1)	(17,5)	294,0%	-78,1%
Outras Receitas e Despesas	(15,1)	250,2	(41,8)	176,1%	N.D.
EBITDA	445,1	732,1	488,6	9,8%	-33,3%
Ajustes					
Desp. Passivo - FCESP	43,7	39,5	39,5	-9,8%	0,0%
EBITDA Ajustado	488,9	771,6	528,1	8,0%	-31,6%
Depreciação e Amortização	(96,3)	(99,5)	(100,4)	4,3%	0,8%
Receitas Financeiras	61,8	74,9	78,5	27,0%	4,8%
Despesas Financeiras	(90,4)	1,8	(75,5)	-16,5%	N.D.
Var. Cambial/Mont. (Liq.)	37,1	(6,0)	49,0	32,2%	N.D.
Resultado Financeiro	8,5	70,7	52,0	513,3%	-26,5%
Resultado antes da Tributação	357,3	703,2	440,2	23,2%	-37,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(122,0)	(237,5)	(151,6)	24,2%	-36,2%
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio - TJLP	-	-	-	N.D.	N.D.
Lucro (prejuízo) Líquido	235,3	465,8	288,6	22,7%	-38,0%

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
Residencial	1.531,0	1.536,4	1.614,9	5,5%	5,1%
Comercial	902,8	980,9	978,1	8,3%	-0,3%
Industrial	505,8	515,1	539,4	6,6%	4,7%
Rural	0,3	0,4	1,7	462,1%	330,1%
Poder Público	93,2	102,2	103,0	10,6%	0,9%
Iluminação Pública	44,3	44,0	44,5	0,5%	1,2%
Serviço Público	38,3	41,1	42,8	11,7%	4,1%
Total de Fornecimento	3.115,6	3.220,2	3.324,5	6,7%	3,2%
Outros					
Transmissoras (Ofício de Encerramento nº. 2.409/2007)	(0,2)	(0,2)	-	-100,0%	-100,0%
Rev. Tarifária - Amortização	12,6	12,6	-	-100,0%	-100,0%
Energia no Curto Prazo	(5,4)	4,1	13,3	N.D.	225,0%
Não Faturado	19,1	(21,9)	23,7	24,2%	N.D.
Dif. de alíquota - PIS/Cofins - Não Faturado	9,5	10,3	0,8	-91,6%	-92,3%
Rec. Disponibilidade da Rede Elétrica (TUSD)	217,8	183,2	206,1	-5,4%	12,5%
Fornecimento - CVA - Despacho 2.877 - ANEEL	(52,2)	(15,0)	(62,6)	20,0%	317,5%
Fornecimento - Ajustes Financeiros	(1,0)	(1,0)	-	-100,0%	-100,0%
Outros	24,0	25,7	26,7	11,0%	3,9%
Total Outros	224,2	197,7	207,9	-7,3%	5,2%
Total Receita Bruta	3.339,8	3.417,9	3.532,4	5,8%	3,4%
Deduções do Resultado Bruto					
ICMS por classe					
Residencial	(335,6)	(334,0)	(350,7)	4,5%	5,0%
Comercial	(162,0)	(175,7)	(175,1)	8,1%	-0,3%
Industrial	(90,9)	(92,6)	(97,0)	6,6%	4,7%
Rural	(0,0)	(0,0)	(0,0)	39,8%	23,8%
Poder Público	(9,2)	(10,1)	(10,2)	10,9%	1,6%
Iluminação Pública	(8,0)	(7,9)	(8,0)	0,5%	1,2%
Serviço Público	(6,3)	(6,7)	(6,9)	11,1%	3,7%
Outros	(73,4)	(30,9)	(32,9)	-55,1%	6,5%
Total ICMS por classe	(685,3)	(657,9)	(680,9)	-0,6%	3,5%
Outras					
Encargos do Consumidor - ECE	(0,0)	0,0	(0,0)	-24,7%	N.D.
Encargos do Consumidor - RGR	(14,5)	(17,6)	(7,2)	-50,6%	-59,3%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(6,8)	(11,2)	(10,0)	47,1%	-10,7%
Encargos do Consumidor - Lei nº. 12.111	-	-	(10,2)	N.D.	N.D.
Encargos Consumidor - Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	(21,7)	(22,2)	(22,3)	3,1%	0,5%
Encargos Consumidor - CCC	(75,0)	(66,5)	(205,5)	174,0%	209,3%
Encargos Consumidor - CCC - CVA	(14,3)	(15,2)	30,0	N.D.	N.D.
Encargos Consumidor - CDE	(101,0)	(101,7)	(96,2)	-4,7%	-5,4%
Encargos Consumidor - CDE - CVA	0,9	0,9	(9,4)	N.D.	N.D.
Fornecimento - CVA - Despacho 2.877 - ANEEL	(1,0)	(1,0)	1,9	N.D.	N.D.
Outros (PIS, Cofins e ISS)	(309,0)	(317,4)	(327,9)	6,1%	3,3%
Total Outras	(542,4)	(551,9)	(656,8)	21,1%	19,0%
Receita Líquida	2.112,1	2.208,1	2.194,8	3,9%	-0,6%

Energia Elétrica Comprada para Revenda - R\$ Milhões	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
AES Tietê Contrato Bilateral	453,9	401,1	466,8	2,9%	16,4%
ITAIPU	280,1	238,7	228,2	-18,5%	-4,4%
Amortização de Parcela A	-	-	-	N.D.	N.D.
Bilaterais	12,6	13,1	14,2	13,0%	8,4%
Curto Prazo / Disponibilidade	6,1	24,5	(13,6)	N.D.	N.D.
CVA - Despacho 2.877 - ANEEL	-	-	-	N.D.	N.D.
CVA Energia	26,9	63,4	(67,3)	N.D.	N.D.
CVA - Despacho 2.877 - ANEEL	1,5	(25,5)	61,5	4057,7%	N.D.
Leilão - CCEAR	394,8	417,3	486,2	23,1%	16,5%
CVA - Despacho 2.877 - ANEEL	-	-	-	N.D.	N.D.
PROINFA	54,3	46,8	47,0	-13,5%	0,4%
CVA - Despacho 2.877 - ANEEL	-	-	-	N.D.	N.D.
(-) Créditos - PIS/COFINS	(107,6)	(103,3)	(105,1)	-2,3%	1,8%
Total	1.123,6	1.076,0	1.098,7	-2,2%	2,1%

Encargos Uso Sistema de Transmissão e Distribuição - R\$ Milhões	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
Rede Básica e ONS	227,6	223,0	207,6	-8,8%	-6,9%
CVA - Despacho 2.877 - ANEEL	0,1	9,8	(3,1)	N.D.	N.D.
Rede Básica CVA	1,2	(6,3)	34,5	2802,2%	N.D.
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	75,8	77,4	3,4	-95,5%	-95,6%
CVA - Despacho 2.877 - ANEEL	(57,3)	9,9	11,7	N.D.	18,3%
Transporte Itaipu / Outros	19,3	19,0	20,3	4,8%	6,6%
CUSD	5,2	5,4	5,4	4,2%	-0,9%
Conexão	18,7	18,2	14,5	-22,6%	-20,4%
(-) Créditos - PIS/COFINS	(26,4)	(32,4)	(26,8)	1,2%	-17,3%
Total	264,1	324,1	267,4	1,3%	-17,5%

Pessoal - em R\$ milhões	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
Pessoal e Encargos	74,4	86,2	101,1	35,9%	17,3%
Entidade de Previdência	45,2	41,0	41,0	-9,3%	0,0%
Acordos e Condenações Trabalhistas	55,3	19,8	20,2	-63,5%	1,9%
Total	174,9	147,0	162,3	-7,2%	10,4%

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
PCLD e Baixas	(43,0)	33,6	(6,3)	-85,4%	-118,8%
Provisão (Reversão) para contingências	(2,2)	4,9	(13,7)	514,0%	-378,8%
Condenações e Acordos Judiciais	17,1	11,8	9,7	-43,0%	-17,3%
Demais *	32,6	29,8	27,8	-14,8%	-6,8%
Total	4,4	80,1	17,5	294,0%	-78,1%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Resultado Financeiro - R\$ milhões	3T09	2T10	3T10	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
Receitas financeiras:					
Renda de aplicações financeiras	21,8	32,6	45,7	109,8%	40,2%
Selic - Parcela A/CVA	12,2	5,8	(1,3)	N.D.	N.D.
Selic - FINSOCIAL	2,0	-	-	-100,0%	N.D.
Acréscimo moratório - consumidores	16,8	19,5	20,3	21,3%	4,4%
Multas	2,8	3,3	3,9	42,7%	17,6%
Renda de Títulos e Valores Mobiliários Alienados - LFT	1,7	5,5	2,2	30,5%	-59,4%
Benefícios da Lei 11.941 - REFIS	-	-	-	N.D.	N.D.
Outras	4,5	8,1	7,6	66,3%	-6,9%
Subtotal	61,8	74,9	78,5	27,0%	4,8%
Despesas financeiras:					
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(62,4)	(88,2)	(85,3)	36,8%	-3,3%
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	0,0	0,0	0,1	47,2%	37,1%
(-) Transferido para o custo das imobilizações em curso	3,2	5,8	7,4	131,2%	26,9%
Operações de swap	(1,4)	-	-	-100,0%	N.D.
Juros e Multa sobre Pis/Pasep e Cofins	(9,5)	(0,3)	20,1	N.D.	N.D.
CPMF	-	-	-	N.D.	N.D.
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	0,2	(0,2)	(0,0)	N.D.	-70,7%
Juros sobre Capital Próprio - TJLP	-	-	-	N.D.	N.D.
Outras	(20,5)	84,6	(17,6)	-14,1%	N.D.
Subtotal	(90,4)	1,8	(75,5)	-16,5%	N.D.
Variação monetária e cambial líquida:					
Moeda Nacional	19,7	(1,2)	41,1	108,4%	N.D.
Moeda Estrangeira	0,6	(7,6)	7,3	1039,0%	N.D.
Impacto CVA - Despacho 2.877 - ANEEL	13,6	2,8	0,5	-96,1%	-80,6%
(-) Transferido para o custo das imobilizações em curso	3,1	(0,0)	0,0	-99,1%	N.D.
Subtotal	37,1	(6,0)	49,0	32,2%	N.D.
Total Despesa Financeira	(53,3)	(4,2)	(26,5)	-50,3%	533,0%
Total Resultado Financeiro	8,5	70,7	52,0	513,3%	-26,5%

BALANÇO

ATIVO (R\$ milhões)	30/9/2009	30/9/2010	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
CIRCULANTE	3.848,7	4.372,7	13,6%	-0,2%
Disponibilidades	1.143,4	1.603,7	40,3%	-10,2%
Contas a Receber	1.618,0	1.741,0	7,6%	6,1%
Provisão para Devedores Duvidosos	(314,9)	(383,1)	21,7%	13,2%
Tributos e Contribuições Sociais	773,9	927,2	19,8%	23,7%
Estoques	45,3	68,3	50,9%	17,6%
Diferimento de custos tarifários	439,1	230,5	-47,5%	-19,9%
Outros Créditos	143,8	185,1	28,7%	-5,6%
NÃO-CIRCULANTE	8.443,6	8.158,0	-3,4%	0,6%
Tributos e Contribuições Sociais	1.074,2	775,6	-27,8%	-1,5%
Contas a Receber	263,5	189,2	-28,2%	-23,2%
Provisão para Devedores Duvidosos	(216,9)	(146,7)	-32,4%	-29,7%
Diferimento de custos tarifários	88,4	33,0	-62,7%	14,9%
Outros Créditos	607,7	586,2	-3,5%	7,8%
Investimentos	9,5	9,5	0,0%	0,0%
Imobilizado	6.433,2	6.560,8	2,0%	0,3%
Intangível	184,0	150,4	-18,2%	-6,1%
TOTAL DO ATIVO	12.292,2	12.530,7	1,9%	0,3%

PASSIVO (R\$ milhões)	30/9/2009	30/9/2010	Var (%) 3T10 x 3T09	Var (%) 3T10 x 2T10
CIRCULANTE	3.553,6	3.547,3	-0,2%	17,4%
Fornecedores	780,4	903,7	15,8%	8,1%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures				
Moeda Nacional	526,3	257,7	-51,0%	348,4%
Moeda Estrangeira	10,5	0,0	-99,8%	-6,0%
Fundação CESP	104,3	80,9	-22,4%	1,9%
Impostos, Taxas e Contribuições	936,7	1.006,9	7,5%	25,6%
Folha de Pagamento	3,0	1,3	-56,0%	13,9%
Provisões	91,7	218,4	138,3%	-24,9%
Dividendos e JSCP Declarados	343,5	331,7	-3,4%	21,5%
Outros	757,2	746,7	-1,4%	9,7%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.225,7	5.417,7	3,7%	-2,7%
Impostos, Taxas e Contribuições	488,5	444,8	-8,9%	-3,6%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures				
Moeda Nacional	1.301,6	2.438,4	87,3%	-7,7%
Moeda Estrangeira	0,1	0,1	-36,5%	-24,8%
Fundação CESP	1.899,9	1.830,5	-3,7%	-1,1%
Provisões	1.400,0	425,5	-69,6%	9,7%
Outros	135,7	278,5	105,3%	22,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.512,7	3.565,6	1,5%	-8,6%
Capital Social Realizado	1.057,6	1.057,6	0,0%	0,0%
Reservas de Capital	-	-	N.D.	N.D.
Reservas de Reavaliação	2.086,2	2.004,5	-3,9%	-1,3%
Reserva legal	98,3	155,1	57,8%	0,0%
Lucros acumulados	55,8	62,9	12,7%	74,5%
Dividendos Declarados	(322,7)	(625,5)	93,8%	N.D.
Lucro do exercício	593,4	973,9	64,1%	47,9%
TOTAL DO PASSIVO	12.292,1	12.530,7	1,9%	0,3%

Endividamento			
Moeda Estrangeira - R\$ milhões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Lei 7976/89	0,0	0,0	0,0
Resolução 96/93 (Bib's)	0,0	0,1	0,1
Subtotal	0,0	0,1	0,1

Moeda Local - R\$ milhões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
RELUZ	0,8	2,8	3,6
CCB - Citibank	61,1	200,0	261,1
CCB - Bradesco	11,7	600,0	611,7
DEBÊNTURES - 9ª Emissão	3,4	250,0	253,4
DEBÊNTURES - 10ª Emissão	3,1	600,0	603,1
DEBÊNTURES - 11ª Emissão	9,9	200,0	209,9
DEBÊNTURES - 12ª Emissão	19,4	400,0	419,4
DEBÊNTURES - 13ª Emissão	10,6	400,0	410,6
Leasing	6,9	9,1	15,9
Outros	0,3	0,0	0,3
Subtotal	127,1	2.661,9	2.789,0
Total sem Fundação CESP	127,1	2.661,9	2.789,1
Fundação Cesp - Confissão de Dívida	9,9	349,7	359,7
Fundação Cesp - Ajuste de Reserva Matemática	42,1	1.480,8	1.522,9
Fundação Cesp - Custo Atuarial	28,8	0,0	28,8
Total com Fundação CESP	179,2	4.492,5	4.700,5

R\$ milhões

Dívida	4.700,5
Disponibilidades*	1.603,7
Dívida Líquida	3.096,7
Leasing	15,9
Dívida Líquida sem Leasing	3.080,8

* Caixa + Títulos e Valores Mobiliários